Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Dissertação de Mestrado

FONOAUDIOLOGIA E SURDEZ: UMA ANÁLISE DOS PERCURSOS DISCURSIVOS DA PRÁTICA FONOAUDIOLÓGICA NO BRASIL

Lilian Cristine Ribeiro Nascimento
Orientador: Profa. Dra. Regina Maria de Souza

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Lilian Cristine Ribeiro Nascimento e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: _____/_____/_____

Assinatura:_____
(Orientador)

Comissão Julgadora:

_____
_____
_____
_____

2002

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso da fonoaudiologia a respeito de um grupo específico de sua clientela, os surdos.

Para a análise, utilizo publicações de fonoaudiólogos (da década de 60 do século XX até os dias atuais) e também três entrevistas com fonoaudiólogos que defendem a Educação Bilíngüe para surdos.

Procuro através da Análise do Discurso, utilizando os pressupostos teóricos de Foucault e Pêcheux, verificar a possibilidade ou não de ruptura com a visão clínica da surdez, pelos fonoaudiólogos que defendem a Educação Bilíngüe.

A análise destes discursos aponta para o fato de que a aceitação da língua de sinais por parte dos fonoaudiólogos não é, por si só, fator que provoca ruptura com a visão de surdez como deficiência, uma vez que as práticas normalizadoras persistem.

Esta conclusão não vem, de maneira alguma, desprestigiar o trabalho da fonoaudiologia com os surdos, cuja importância é inegável para o desenvolvimento de estratégias comunicativas destes com os ouvintes.

O que se constata é que o trabalho fonoaudiológico, mesmo numa abordagem Bilíngüe, persiste em sua perspectiva clínica, cujo objetivo principal é a normalização.

SUMMARY

This work aims to analyze the discourse in speech therapy regarding a specific group in its clientele, the deaf.

For this analysis, I have used material published by speech therapists (from the sixties in the 20th Century until the present time) as well as three interviews with speech therapists who defend a bilingual education for the deaf.

Through the Analysis of the Discourse, by using the theoretical conjectures of Foucault and Pêcheux, I attempt to verify whether there is a possibility to break away from the clinical view of deafness, by the speech therapists who defend the Bilingual education.

The analysis of such discourses indicates that the acceptance of sign language by speech therapists is not, in itself, a factor that causes a rupture from the view of deafness as a disability, since the normalizing practices remain.

This conclusion does not devalue the works with the deaf in speech therapy in any way, as such works are undoubtedly important for the development of communication strategies between the deaf and the hearing people. We can see, though, that the works in speech therapy, even in a Bilingual approach, persist with a clinical perspective, where the main goal is normalization.

AGRADECIMENTOS

À Regina, com quem pude contar sempre, como orientadora e também como amiga.

Ao Marco, Gabriel e Léo, fonte inesgotável de energia para os momentos mais difíceis desta caminhada.

Aos meus pais e irmãos, pelo incentivo constante.

Às amigas do grupo de pesquisa com quem pude discutir tantas vezes esse trabalho e de quem recebi preciosas sugestões: Vanessa, Evelise, Andréa, Regiane, Keila, Carmen, Márcia, Zilda, Angela e Ana Lúcia.

À Lorena, amiga especial, primeira a me incentivar a cursar o mestrado.

À Priscila, pelas longas discussões e importantes contribuições.

À Ana Paula, pelas contribuições com discussões e indicações bibliográficas.

À Evani, minha assessora em assuntos maternais, sem a qual jamais conseguiria concluir esta dissertação.

Aos professores da Faculdade de Educação e do Instituto de Estudos da Linguagem a quem devo minha formação, em especial à professora Susy Lagazzi, que com dedicação me orientou nas análises deste trabalho.

Às professoras Maria Cecília Moura e Luci Banks-Leite, pelas sugestões no exame de qualificação que enriqueceram esta dissertação.

Ao professor Wilmar D'Angelis, pela leitura atenta do meu projeto e a quem devo a sugestão para o título desta dissertação.

Às fonoaudiólogas que dispuseram de seu tempo e me concederam as entrevistas, expondo seus trabalhos, suas dúvidas e reflexões.

À CAPES pela concessão da bolsa.

Ao Conselho regional de Fonoaudiologia (2ª Região) que tão prontamente atendeu minha solicitação de documentação.

Aos funcionários da Faculdade de Educação (recepção, biblioteca laboratório de informática e secretaria) pela cordialidade e atenção com que sempre me atenderam.

ÍNDICE:

Apresentação:.....1

I. Introdução:.....3

II. Teoria e Método:.....7

III. Um percurso pela história da fonoaudiologia.....13

IV. Um pouco da história dos surdos, segundo Ferdinand Berthier.....29

V. A fonoaudiologia nas abordagens de educação dos surdos.....41

VI. Análise das publicações.....51

VII. Análise das entrevistas.....73

VIII. Considerações finais.....83

IX. Anexo.....87

X. Referências bibliográficas.....89

APRESENTAÇÃO

Tantas palavras que eu conhecia
E já não falo mais, jamais
Tantas palavras que ela falava
Ditas de novo não são iguais
(Tantas palavras - Dominguinhos
e Chico Buarque)

Esta dissertação pretende repensar o papel da fonoaudiologia em sua relação com um grupo específico de sua clientela, os surdos[1]. Esse grupo de indivíduos tem sido foco de atenção no atendimento clínico e educacional desde o início da prática desta profissão, sendo que a história de sua educação no Brasil confunde-se com a história da profissão. É relevante a relação desse profissional com os indivíduos que não ouvem, sendo que no Brasil, e em muitos países, o fonoaudiólogo é o primeiro profissional, logo após ou juntamente com o médico, a atender a criança surda. Primeiro participando do diagnóstico e posteriormente do atendimento terapêutico, o fonoaudiólogo faz parte do percurso dessa criança durante grande período de sua vida. Mesmo as crianças de nível sócio-econômico mais baixo dificilmente deixarão, em algum momento, de ter contato com um fonoaudiólogo, seja no diagnóstico, nas escolas especiais, nos centros de reabilitação, nas associações ou em centros de saúde. A relação surdo-fonoaudiólogo é uma relação praticamente naturalizada, sendo que historicamente constituiu-se como condição necessária para que o surdo se desenvolvesse.

Tal situação é um desdobramento do modelo clínico que por anos norteou no Brasil a educação dos surdos. Neste modelo o surdo é considerado como deficiente auditivo e tem que ser "recuperado" de sua deficiência para integrar a sociedade (majoritária) dos ouvintes. Para tal torna-se imprescindível a figura do fonoaudiólogo que desenvolve o ensino da língua oral, além de conduzir toda a

[1] A terminologia utilizada para designar as pessoas que não ouvem modificou-se ao longo do tempo. Ainda hoje convivem diferentes nomenclaturas, sendo que os sentidos divergem, dependendo de onde se fala. Neste trabalho utilizo o termo "surdo" para designar o indivíduo que, tendo uma perda auditiva, identifica-se com um grupo lingüístico e cultural minoritário, o qual tem como elo de identidade a língua de sinais. Contrapõe-se a este o termo "deficiente auditivo", que geralmente, designa os indivíduos com perda auditiva, que não se identificam com a língua de sinais e preferem a oralidade e a leitura labial como única forma de comunicação.

educação do surdo no sentido de sua integração social, orientando os familiares e educadores a exigirem a oralidade da criança e, muitas vezes, até mesmo proibindo qualquer forma de gestualidade, bem como o contato dessa criança com outros surdos.

Recentemente, os estudos sobre a língua de sinais e os movimentos sociais dos surdos, reivindicando respeito a esta língua e uma Educação Bilíngüe abalaram a relação entre surdez e fonoaudiologia. A necessidade essencial do fonoaudiólogo como elemento central na educação dos surdos passou a ser questionada.

A fonoaudiologia, historicamente caracterizada como uma profissão reabilitadora, na qual se centralizava toda a educação dos surdos, está tendo sua prática afetada pelo modelo de Educação Bilíngüe. O discurso Oralista, que preconiza a oralização como única possibilidade de desenvolvimento dos surdos continua hegemônico dentro da fonoaudiologia; no entanto, há profissionais que começam a repensar sua forma de atuação influenciados por estudos sobre a importância da língua de sinais e da Educação Bilíngüe.

Segundo Moura (2000), o trabalho fonoaudiológico com surdos passa por um momento de desestabilização. A autora afirma:

> *O papel do fonoaudiólogo com indivíduos portadores de surdez foi e está sendo duramente questionado. O que já estava definido até pouco tempo atrás por técnicas e conhecimentos que poderiam variar de acordo com escolas, bases teóricas, enfim o substrato de qualquer trabalho com linguagem que é o campo de atuação da fonoaudiologia, passou a ser um campo indefinido* (p. 55).

Essa indefinição incita novas pesquisas na área, entre as quais esta dissertação pretende se incluir.

I. INTRODUÇÃO

Nós somos medo e desejo
Somos feitos de silêncio e som
Tem certas coisas que eu não sei dizer.
(Certas coisas, Lulu Santos e Nelson Motta)

O trabalho como fonoaudióloga em uma escola especial para surdos em Campinas durante cinco anos (de fevereiro de 1994 a julho de 1998) aproximou-me do difícil e instigante campo da educação dos surdos. Trazendo em minha formação uma forte tendência Oralista, passei a repensar minha prática diante da situação inescapável com a qual tive que lidar na escola: a sinalização dos alunos. Incentivada por profissionais mais experientes da escola, passei a consultar a bibliografia sobre surdez e a rever minha concepção de sujeito surdo, afetada pelos estudos que preconizavam a Educação Bilíngüe.

Essas leituras, as discussões com os profissionais e o contato com as crianças e com os adolescentes surdos convenceram-me da importância da língua de sinais na constituição da pessoa surda como sujeito. Esse contexto levou-me a refletir sobre o papel da fonoaudiologia no atendimento às crianças surdas, uma vez que, estava convencida, não era possível que a língua oral se constituísse em um elemento "natural" de interação social ou para o desenvolvimento cognitivo dessas crianças.

De fato, na criança surda, a língua oral necessita ser ensinada e requer um longo período de trabalho terapêutico, não podendo ser adquirida espontaneamente. Se a criança ouvinte adquire a língua apenas pelo convívio com seus semelhantes, sendo interpretada e acolhida por pessoas falantes, por que no caso dos surdos esse processo necessita ser artificial? Concluí que somente a língua de sinais permite à criança surda desempenhar um papel ativo no fluxo de comunicação, principalmente porque, como a literatura aponta (Skliar, 1998 e Quadros, 1997), a língua de sinais não oferece qualquer impedimento orgânico para que a pessoa surda a adquira, uma vez que sua modalidade é viso-gestual. Isto gerou em mim forte inquietação. No entanto, percebi que não estava só em minha ansiedade. Muitos profissionais naquele momento, e também

atualmente, vêm discutindo a mesma questão, ou seja, a relevância (ou não) do uso da língua de sinais na clínica fonoaudiológica. Este tema tem fomentado inúmeras discussões como as que aconteceram no *I Simpósio de Fonoaudiologia Unicamp - Unimep: Abordagem Bilíngüe e Surdez*, realizado em Campinas em maio de 1999, que reuniu cerca de 200 profissionais da área. Tal simpósio, cujas conferências foram posteriormente editadas em um livro (Lacerda, Nakamura e Lima, 2000), discutiu as seguintes questões:

> (...) de *que forma a Fonoaudiologia pode contribuir com o desenvolvimento de linguagem da pessoa surda? Deve-se trabalhar com a Língua de Sinais, com o Português oral, com o Português escrito, de que forma e com quais prioridades? Qual é então nosso papel enquanto fonoaudiólogos?* (Lacerda, Nakamura e Lima, 2000: 9)

Tais questionamentos, que também são meus, impulsionaram-me à formulação desta pesquisa na qual pretendo, revisitando a história da fonoaudiologia, analisar o discurso dessa profissão sobre os surdos desde o início de sua prática, verificando as concepções de sujeito surdo e de surdez que a sustentam.

Analiso os discursos que determinaram as práticas fonoaudiológicas alicerçadas no Oralismo, na Comunicação Total e mais recentemente no Bilingüismo. Dessa forma, questiono a possibilidade de se criar um novo conceito de trabalho fonoaudiológico que, ao acolher as propostas da Educação Bilíngüe para os surdos, não esteja centrado na normalização. Ou seja, questiono se é possível à fonoaudiologia conceber o surdo numa perspectiva outra que não a clínica. É comum a afirmação de que a visão de surdez que sustenta a proposta de Educação Bilíngüe é a visão sócio-antropológica. (Lodi, 2000; Skliar, 1997; Skliar, 1998). Skliar (1997) assim define os surdos a partir de uma visão sócio-antropológica:

> *Os surdos formam uma comunidade lingüística minoritária caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modo de socialização próprios.(...) A língua de sinais anula a deficiência lingüística conseqüência da surdez e permite que os surdos constituam,*

> *então, uma comunidade lingüística minoritária diferente e não um desvio da normalidade* (Skliar, 1997:141).

É possível à fonoaudiologia conceber o surdo segundo esta visão? Buscando respostas a este questionamento, defino como objetivos deste trabalho:

- analisar a história da fonoaudiologia no Brasil desvelando as concepções de linguagem que a atravessam, bem como aquelas referentes à surdez e à pessoa surda;
- ao analisar os discursos que se enunciam a partir de um "novo olhar sobre o surdo", verificar se estes pressionam ou não para uma mudança de paradigma dentro da fonoaudiologia, e se tais mudanças são compatíveis com a profissão de fonoaudiólogo ou se anunciam a tecedura de um novo campo de trabalho com a linguagem.

A questão central que norteia esta dissertação é: ao tentar incorporar a visão sócio-antropológica da surdez, em que medida a fonoaudiologia desloca o sentido da deficiência?

II. TEORIA E MÉTODO

Eu falo muito mal
Eu falo muito
Eu falo mesmo
Eu falo sem saber o que estou falando
Eu falo muito bem
(Tudo pela metade - Marisa Monte e Nando Reis)

II. 1. O corpus

Este trabalho é desenvolvido basicamente através de pesquisas bibliográficas e entrevistas com fonoaudiólogos.

O corpus deste estudo, portanto, são as publicações (da década de 60 a 90 do século XX, e do início da séc. XXI) a respeito da origem e percurso da profissão no Brasil, especialmente na reabilitação e educação de surdos, como livros, artigos e documentos; três entrevistas com fonoaudiólogos que atuam em abordagem Bilíngüe com surdos, em clínica, instituição ou escola para surdos; além de atas de congressos de educação ou de fonoaudiologia sobre o tema "surdez". A análise desse material pretende compreender alguns dos movimentos que a própria profissão faz dentro de seu campo de atuação.

Analiso, portanto, a história da fonoaudiologia, a fim de estudar os discursos ora concordantes, ora contraditórios que se estabelecem e se fixam para determinar as práticas da profissão.

São analisados discursos formulados por fonoaudiólogos a respeito dos surdos no decorrer da história dessa profissão no Brasil, acompanhando as mudanças de abordagens educacionais/terapêuticas por ela vivenciada. A história não é tomada como sucessão de fatos cronológicos, mas como fatos que revelam sentidos (Orlandi, 2000).

II. 2. Os sujeitos:

São sujeitos desta pesquisa os fonoaudiólogos que trabalham com surdos e sobre eles elaboram seus discursos. Para esta análise, considero os

fonoaudiólogos como sujeitos que ocupam determinados lugares na ordem do discurso e que, portanto, não são a origem de seus próprios dizeres. Utilizo, dessa forma, a concepção foucaultiana de sujeito do enunciado, ou seja, *um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes* (Foucault, 1995: 109).

No caso dos fonoaudiólogos, seus discursos são controlados pelo própria disciplina na qual se inscrevem (fonoaudiologia). É a fonoaudiologia que lhes fixa as regras e os limites dos dizeres. E são essas regras que determinam se seus dizeres podem ou não ser considerados verdadeiros.

Para Foucault (1999), a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso e se define por *um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos(...)*(p. 30). É dentro desse limite que cada fonoaudiólogo pode formular seu discurso, isto é, conforme as regras que restringem as possibilidades dos dizeres. É por isso que o fonoaudiólogo não pode ser considerado "dono de seu discurso", mas interpelado também como efeito de uma disciplina e de uma história que circunscrevem sua "fala".

Metaforicamente, diria que a fonoaudiologia enquanto disciplina é o palco no qual se desenvolve uma peça teatral, e os fonoaudiólogos são atores que encarnam personagens. Estando em cena, o fonoaudiólogo, no seu espaço de atuação, depara com as possibilidades e os limites do script. Há espaço para mudanças de interpretação das peças pelos atores, mas estas são limitadas pelo roteiro, o qual lhes pré-determina as falas e as ações. Esse roteiro, nesse caso, é escrito pela história da profissão. Mesmo não sendo "dono de seu discurso", o sujeito cria para si a ilusão de que é origem do seu discurso.

De fato, ao proferir um enunciado, o sujeito sofre dois tipos de esquecimento. Segundo Pêcheux (1988), o primeiro esquecimento (de caráter ideológico) é de que ele não é origem e fonte exclusiva de seu discurso. O segundo esquecimento (de natureza enunciativa) é de que existem outras formas de dizer aquilo que está dizendo. O sujeito esquece que ao eleger uma forma de dizer está deixando outras. Dito de outro modo, tem a sensação de que o que está dizendo só pode

ser dito da maneira que disse e não de outra. Em conseqüência, acredita estar sendo objetivo, como se houvesse uma relação natural da palavra com a idéia a ser expressa. Segundo Pêcheux, essas duas ilusões, de ser criador do discurso e de que a forma do enunciado é a única possível, são necessárias para que a linguagem funcione.

É também por isso que o discurso de cada fonoaudiólogo convocado por este trabalho não deve ser visto como fala ou pensamento exclusivo dele, mas como efeito de sentido de uma história e de uma disciplina (a da fonoaudiologia).

II. 3. O método:

Para analisar esses dizeres, utilizo a Análise do Discurso (AD) tendo como pressupostos teóricos as contribuições de Foucault e Pechêux.

> *A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. (...) O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise do discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.* (Orlandi, 2000: 15)

Através da AD, minha tarefa será voltar-me para os discursos da fonoaudiologia sobre a surdez e os surdos, procurando compreender as condições históricas de sua produção, buscando sair das evidências do que se disse. Procurarei escutar o "não dito" no que foi "dito".

É neste ponto que a Análise do Discurso se diferencia da análise de conteúdo. Se, na análise de conteúdo, procura-se responder <u>o que</u> o texto quer dizer, na AD o analista é convocado a responder a questão crucial: <u>Como</u> o texto significa? Para a AD, o texto é concebido em sua discursividade, e ao analista cabe buscar compreender seus sentidos (Orlandi, 2000).

Segundo Orlandi (2000), o discurso é a linguagem em movimento. Portanto, quando decidi trabalhar com aquilo que nós, fonoaudiólogos, falamos, pensamos e praticamos com os surdos no decorrer de nossa história, optei pelo discurso, pois

são eles que demonstram as regras anônimas dos dizeres de uma determinada época.

> Para Pecheux (1990), o discurso é *parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais, mas que derivam de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada.* (p. 76)

A AD, nascida na década de 60 do século XX, tem em Pêcheux um dos seus fundadores. Pêcheux teve influências de Foucault, entre outros autores, na elaboração dos conceitos da Análise do Discurso.

O principal conceito de Foucault, utilizado pela A.D. é o de Formação Discursiva. Segundo Foucault (1995), a Formação Discursiva agrupa um conjunto de enunciados que apresentam uma certa regularidade nos conceitos e escolhas temáticas. É também a Formação Discursiva que determina o que pode e o que deve ser dito em uma determinada posição e conjuntura. Este conceito foi desenvolvido por Foucault a partir de suas reflexões sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber. Apesar de utilizar este conceito de Foucault, Pêcheux tece a ele a seguinte crítica:

> *Em sua* arqueologia do saber *que, por muitos aspectos, apresenta um extraordinário interesse para a teoria do discurso, M. Foucault "retrocede" sobre o que ele mesmo avança, volta à sociologia das instituições e dos papéis, por não reconhecer a luta "ideológica" de classes.* (Pêcheux, 1997:254)

Por considerar que Foucault não reconhece a luta ideológica de classes, Pêcheux recorre, também, a outras ciências e autores, na tentativa de elaborar uma teoria que conseguisse apreender como no lingüístico inscrevem-se as condições socio-históricas de produção.

As teorias que vêm, então, a compor a Análise do Discurso, são o Marxismo, a Lingüística e a Psicanálise. Pêcheux procurou, ao congregar essas três disciplinas, superar a concepção estruturalista da linguagem, e articular o lingüístico com o social e o político. Da Lingüística, a AD herdou a idéia de não transparência da linguagem; do Marxismo, a teoria da formações sociais, lutas de

classe e da materialidade da história; e por fim, da Psicanálise, o conceito de inconsciente, da qual reteve a concepção de sujeito não-centrado, ou seja, não intencional.

Pretendo, utilizando a AD como metodologia, explicitar os efeitos de sentido, em relação à surdez, que os fonoaudiólogos vem tecendo ao longo da história de seu trabalho com os surdos no Brasil, buscando nestes discursos observar a relação entre a língua e a história, a partir das marcas nestes discursos na sua prática profissional.

Se o discurso é a linguagem em movimento e o sujeito é constituído pela linguagem, dar visibilidade aos discursos dos fonoaudiólogos é clarear sua própria constituição, é mostrar quem é o fonoaudiólogo na "ordem do discurso".

O foco principal de atenção são os discursos proferidos a partir da década de 90, daqueles fonoaudiólogos que defendem a Educação Bilíngüe para os surdos. Para a Análise do Discurso é importante apontar as condições de produção dos discurso com os quais se pretende trabalhar. No caso desta dissertação temos como condições de produção dos discursos dos fonoaudiólogos um momento de desestabilização dentro da profissão, no que diz respeito ao atendimento aos surdos. A década de 90 marca o início das discussões sobre a Educação Bilíngüe para os surdos no Brasil. O *I Simpósio Internacional de Língua de Sinais e Educação do Surdo* realizado em São Paulo em maio de 1993, no Memorial da América Latina, tem sido apontado como marco inicial dessas discussões entre os profissionais (Lichtig, 1997). As condições de produção dos discursos dos fonoaudiólogos a partir desta década se apresentam como um contexto paradoxal: ao mesmo tempo em que a fonoaudiologia convive com o desenvolvimento de tecnologias que buscam a superação da surdez, e com a luta pelo diagnóstico cada vez mais precoce, um movimento se realiza em pró da língua de sinais na educação dos surdos. Tal momento implica numa cisão da fonoaudiologia em dois grupos: o que aceita a língua de sinais como constitutiva do sujeito surdo e aquele que a rejeita.

Se anteriormente o atendimento fonoaudiológico ao surdo só apresentava uma possibilidade (a da oralização), o contexto atual exige um posicionamento do fonoaudiólogo, pede uma escolha, uma opção pessoal, profissional e política.

É tendo claras estas condições de produção, que utilizo a AD para trabalhar com estes discursos.

III: UM PERCURSO PELA HISTÓRIA DA FONOAUDIOLOGIA

Para que as histórias permaneçam
vivas é preciso recontá-las.
(José Paulo Paes,1991)

Para iniciar o percurso pela história da Fonoaudiologia no Brasil e entender suas bases epistemológicas, procuro compreender quem é esse profissional conhecido como fonoaudiólogo.

A lei nº 6965, de 9 de dezembro de 1981, que regulamenta a profissão, em seu artigo 1º assim o define: *Fonoaudiólogo é o profissional com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral, escrita, voz e audição, bem como no aperfeiçoamento dos padrões de fala e da voz.*

O artigo coloca de maneira clara a área de atuação da fonoaudiologia: *a comunicação oral, escrita, voz e audição.* Como objetivo da fonoaudiologia a lei define: "*aperfeiçoar os padrões de fala e voz".* A fim de verificar o sentido estabilizado da expressão "aperfeiçoar"[2], vali-me do dicionário e constatei que significa: *1. Tornar perfeito ou mais perfeito, 2. Concluir com esmero, 3. Emendar os próprios defeitos, corrigir-se, emendar-se.* Tal definição pressupõe que existam na Língua modelos corretos, que devem ser almejados, que exprimem essa perfeição. Reflete-se nesta definição a concepção normativa e normatizadora da profissão, que só pode ser entendida quando se buscam suas raízes históricas, que pretendo revisitar a partir deste momento.

Na primeira metade do século XX, as duas grandes guerras mundiais criaram um grande contigente de mutilados, o que demandou um atendimento direcionado para a correção ou reparo das seqüelas causadas pela guerra. Tal demanda deu origem a profissões reabilitadoras, entre elas a fonoaudiologia. Mundialmente a fonoaudiologia nasceu do modelo clínico, como uma ramificação subordinada à

[2] HOLANDA FERREIRA, A B. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. "Aperfeiçoar", p.114

medicina, com o objetivo de atender aos mutilados. Sua atuação inicial, portanto, foi na área da saúde[3]. Como o Brasil não esteve diretamente envolvido com as guerras mundiais, aqui a fonoaudiologia teve origens um pouco diferenciadas, também com objetivo clínico e subordinada à medicina, mas não ligada aos mutilados de guerra e sim, principalmente, aos desvios de fala encontrados nas escolas. Essa profissão nasceu num momento de reconstrução nacional, ligada aos movimentos de Saúde do Escolar e da Escola Nova.

Berberian (1995), em sua obra, leva o leitor a uma viagem fascinante pelo que ela chamou de "pré-história da fonoaudiologia". A autora descreve o contexto sócio-econômico-político do Brasil no final do século XIX e início do século XX, o qual constituiu o terreno fértil que possibilitou o nascimento da fonoaudiologia como profissão. O contexto social brasileiro apresentava-se, naquela época, repleto de conflitos de natureza lingüística. Os imigrantes vindos para o Brasil, inicialmente para o trabalho da lavoura e, posteriormente, para o fabril, eram uma grande parcela da população brasileira, o que determinava uma pluralidade de idiomas circulando nos grandes centros urbanos. Além deles, os próprios migrantes, advindos de diferentes partes do país, com suas variedades lingüísticas, foram atraídos aos centros urbanos pela possibilidade de trabalho no início da industrialização. Nas cidades, associavam-se aos imigrantes estrangeiros na composição de uma rica pluralidade lingüística e étnica. A língua era vista como fator de unidade nacional, pois havia no Brasil, desde o final do século XIX, um forte movimento para a formação de um Estado Nacional. Esse movimento nacionalista teve seu auge no período do Estado Novo, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), no qual ocorreu a priorização da Saúde e da

[3] Acredito ser importante apontar as diferenças entre a profissão da fonoaudiologia no Brasil e em outros países. A principal diferença seria a área de atuação. No Brasil, o profissional graduado em fonoaudiologia tem competência legal para atuar tanto na área de avaliação dos distúrbios da audição (audiologia), quanto na área terapêutica dos distúrbios de linguagem (fonoterapia). Na maioria dos outros países, a audiologia não se incorpora ao trabalho terapêutico. Na Alemanha, por exemplo, o logopädie, não pode realizar exames audiológicos, ele atua somente no trabalho terapêutico, pois o curso não é de nível superior. No Canadá, Espanha, Portugal e Estados Unidos, a formação para área terapêutica e de audiologia se dá em cursos distintos. É possível o profissional atuar nas duas áreas desde que se forme nos dois cursos. As nomenclaturas para esses profissionais são as seguintes: Espanha: Audiologia e Logopedia; Portugal: Audiologista e Terapeuta da Fala; Canadá: Audiologist e Speech-Language Pathologist; E.U.A.: Audiologist e Speech and Hearing Pathologist. Os cursos variam em nível (grau intermediário, superior ou pós-graduação) e duração (de 2 a 4 anos). (Jornal do CFFa - 2ª região, nº 26, (Jornal do CFFa - 2ª região, nº 26, 27, 28 e 31).

Educação como forma de se alcançar a reconstrução nacional. A diversidade de idiomas e dialetos era vista como ameaça à unidade nacional. A escola foi, então, eleita pelas políticas públicas como o lugar privilegiado para uniformizar o uso da língua considerada padrão.

> *Os educadores acreditavam que a única maneira de conter o perigo trazido pelos estrangeiros seria a de aceitar corajosamente a luta contra os elementos perturbadores da unidade, no sentido de lhes impor o ritmo de nossa vida, de nacionalidade, fazendo-os participar de nossa língua, dos nossos sentidos e tradições* (Berberian, 1995: 49).

Campanhas nacionalistas difundiam a idéia de que a heterogeneidade desses grupos se caracterizava como uma patologia social que colocava em risco a saúde e a moral da sociedade e a construção da nacionalidade do Brasil.

Em 1937, ocorreu em São Paulo o *I Congresso da Língua Nacional Cantada (I CLNC)* que discutiu as impurezas da Língua nas Artes, bem como as variações dialetais e patológicas nas falas das crianças. Esse Congresso foi organizado pelo Diretor do Departamento de Cultura, o escritor Mário de Andrade, com apoio da Secretaria de Educação e Saúde Pública da Prefeitura de São Paulo.

Nesse congresso, após a análise de discos gravados de falas de brasileiros de diferentes regiões do país, elegeu-se o português falado no Rio de Janeiro, então capital do país, como o modelo de Língua Nacional, ou seja, a que representaria a Língua Pátria. Foram apresentadas justificativas para a escolha da pronúncia veiculada na capital do país, das quais destaco algumas apontadas no anteprojeto realizado pelo Departamento de Cultura de São Paulo, apresentado naquele Congresso, citadas por Figueredo Neto (1988):

> *"(...) considerando que a irregularidade de pronúncia de uma língua afeta perigosamente as artes do dizer e do canto;*
>
> *(..) considerando que a fixação desta língua-padrão será mais um fator patriótico de unidade nacional;*
>
> *(...)considerando que a pronúncia "carioca" do D.F. apresenta-se como a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil;*

> *(...)considerando ser ela a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas;*
> *(...)considerando ser ela a de maior musicalidade, (...) a mais elegante, (...) por ser a da capital a que os brasileiros afluem, a mais fácil de ser ouvida e propagada.*
> *O I CLNC resolve considerar a pronúncia carioca a mais perfeita do país e propô-la como língua-padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto erudito no Brasil* (p. 47-48).

Dessa forma, a língua falada no Rio de Janeiro foi normatizada como a língua oficial, em detrimento de todas as demais. A normatização de tal pronúncia foi também utilizada como padrão para determinar os desvios da fala das crianças dentro das escolas.

Em 1938, um ano após a realização do CLNC, o governo do Estado de São Paulo criou o Serviço de Saúde Escolar ligado ao Departamento de Educação. A criação desse serviço veio consolidar as idéias higienistas da época e determinou a entrada do médico na escola a fim de detectar desvios e tratar as crianças que os apresentassem. O trabalho de curar os desvios da fala era, então, realizado pelo médico escolar e pelo professor. A homogeneização das variações dialetais, na tentativa de uniformização da língua, tornou-se papel fundamental da escola.

Posteriormente, esse trabalho passou a ser realizado por um novo profissional, o ortofonista, quando ocorreu então um deslocamento das práticas corretivas do espaço escolar para o espaço clínico. No Rio de Janeiro, primeira cidade a ter o profissional, foi criado o Instituto de Ortofonia pelo Dr. Augusto Linhares (otorrinolaringologista e médico escolar). Em 1947, foi criado em São Paulo o Laboratório de Fonética e Acústica (LFA), dirigido pelo Dr. João Léllis Cardoso (formado em Letras). O Laboratório passou a contar com o Setor Ortofônico a partir de 1953 (Figueredo Neto, 1988).

As ortofonistas que trabalhavam no Setor Ortofônico do LFA eram professoras, geralmente cursando pedagogia e psicologia, que recebiam uma formação básica para atender às crianças com alterações de fala. Essas

professoras tiveram aulas de fonética com o Dr. Léllis, e com outros profissionais da área médica e psicológica (Figueredo, Neto, 1988: 99).

Em 1961 surgiu o primeiro curso de formação em fonoaudiologia ligado à Faculdade de Otorrinolaringologia da Universidade de São Paulo, que selecionou, como candidatos, professores que trabalhavam com excepcionais. Em 1962 surgiu o Curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ligado ao Instituto de Psicologia (Cavalheiro, 1997). Em 1967, o setor Ortofônico do Laboratório de Fonética e Acústica de São Paulo foi extinto e as primeiras fonoaudiólogas formadas no Brasil passaram a exercer sua função.

Vemos, portanto, que a origem dessa profissão no Brasil está ligada a uma política de homogeneização da cultura, da língua, dos valores e dos hábitos, servindo como instrumento de desvalorização e emudecimento das variações lingüísticas.

> *A fonoaudiologia originou-se, enquanto forma de intervenção social, com o objetivo de superar diferenças de linguagem de determinados grupos sociais, em nome da unidade e do progresso nacional. Medidas de normatização e padronização da língua foram impostas e sustentadas a partir de um discurso moralizador. O resultado de sua aplicação, em vez de apresentar-se enquanto uma possibilidade para que os indivíduos adquirissem autonomia e consciência através de e nas suas linguagens, acabou por imprimir a segregação e a inferiorização dos chamados desviantes* (Berberian, 1995: 130).

Essas raízes configuraram o fonoaudiólogo como um profissional "reabilitador", ligado ao ensino da língua e do "bem falar".

Vê-se que, desde o início de sua prática, desde os chamados ortofonistas, o objeto da fonoaudiologia é a dimensão patológica da linguagem. Lembremos que, na época de sua origem, ou na sua pré-história (década de 50), eram considerados distúrbios da comunicação todos os padrões de fala que não se adequassem à língua nacional oficial, portanto, até mesmo os sotaques estrangeiros e os dialetos regionais.

Na década de 70 começaram a se constituir movimentos para a delimitação de um espaço disciplinar próprio à fonoaudiologia, como podemos observar na citação seguinte:

> *Utiliza a Fonoaudiologia dados e conclusões de várias outras ciências autônomas e auxiliares, como: a Biologia, a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, a Física, a Fonética, a Lingüística, etc. Contudo, a Fonoaudiologia tem a sua unidade própria, ainda que recente e se encaminhando para uma autonomia e afirmação, no quadro geral das ciências. É um ramo do conhecimento que estuda, de maneira unifica, o fenômeno da comunicação humana* (Amorim, 1972: 10).

A preocupação em delimitar o campo da fonoaudiologia apareceu também em um estudo sincrônico dessa profissão, que foi publicado no Jornal Brasileiro da Reabilitação[4]. Esse trabalho foi realizado pelo fonoaudiólogo Paulo Goulart e equipe, por ocasião da regulamentação da profissão, no intuito de fornecer subsídios ao poder Legislativo e Executivo para a aprovação da Lei 6.965 (1981). Ao definir a profissão os autores escreveram:

> *Os fonoaudiólogos estudam no nosso século XX, o processo de comunicação patológica no homem, a linguagem humana e seus comportamentos. Há outros profissionais, foniatras, que estudam a fonação, a laringe, as cordas vocais e suas afecções. Temos que explicar bem seus campos científicos para que não se pense que a terapeuta e um médico fazem a mesma coisa (...)* (Goulart, 1981: 14)

No início de sua prática, era importante definir a área de atuação da fonoaudiologia, a fim de delimitar um campo antes compartilhado com outras profissões ou áreas do conhecimento. No início dos anos 70, o fonoaudiólogo Antônio Amorim (ex-presidente da Associação Brasileira de Fonoaudiologia) publicou *Fundamentos Científicos da Fonoaudiologia* (s. d.), no qual definiu:

> *A técnica fonoaudiológica pode ser definida como a* ***arte de exercitar os órgãos audi-fono-articulatórios segundo normas*** *que possibilitem a correção ou aperfeiçoamento do ato de comunicar.* (p. 17 – grifos meus)

[4] Jornal Brasileiro de Reabilitação – mental, vocal, física, oral. Órgão oficial de Entidades da Reabilitação. Ano 4, nº 15, Volume IV, ISSN 0101 –9252, [1981?]

Enfatizo o fato de que o autor considerava que o fonoaudiólogo deveria seguir normas que possibilitariam ao indivíduo comunicar-se corretamente. Portanto, para comunicar-se há normas, e o fonoaudiólogo usaria técnicas para corrigir aqueles que não se adequassem a essas normas - os indivíduos qualificados como patológicos.

Nesse mesmo livro, outras definições de fonoaudiologia apareceram, das quais cito duas:

> *a) Fonoaudiologia é o estudo integrado da **linguagem humana e audição**, em seus aspectos evolutivos e fatos de comunicação, aplicando técnicas e investigando princípios fundamentais, no setor de transmissão de conceitos que os seres humanos fazem.*
>
> *b) Fonoaudiologia é a ciência que fundamenta **as técnicas de corrigir e aperfeiçoar a comunicação humana**, registrando e analisando o fenômeno integrado da linguagem humana e audição.* (p. 16, grifos meus)

O autor definiu que o objeto da fonoaudiologia é a linguagem humana, portanto é necessário saber o que o autor entendia por linguagem. Amorim (1972), em outra obra, assim explicou a aquisição de linguagem:

> *Inicialmente a criança recebe os estímulos do ambiente e aos poucos vai dando uma significação a esses sinais. Repetindo tudo o que ouve, vai compreendendo as situações no conjunto das atividades. Quanto mais compreende mais repete, e quanto mais repete mais compreende. Já se disse mesmo que a fonética é o Alfa e o Ômega da linguagem. Através do estímulo do ambiente, a criança aprende as palavras, isto é, apanha as idéias e as codifica dentro de um contexto que vai formando a sua realidade interior.* (p: 44-45)

Parece claro que a concepção de linguagem implícita nesta definição é baseada numa perspectiva comportamental, em que a linguagem é entendida como um comportamento (de natureza fonética/oral) aprendido por imitação e repetições. Tal concepção de linguagem definia, naquela época, as práticas desse profissional, uma prática centrada no treino oral, visto que a *fonética* era considerada aspecto primordial da linguagem (*o Alfa e o Ômega): A*

fonoaudiologia se exerce através de estudos, exercícios e treinamentos. (Amorim, 1972: 13). Nessa década observa-se a vinculação da fonoaudiologia com a medicina, cujo papel fundamental é o tratamento dos desvios, visando a cura.

Com relação a esse aspecto, a fonoaudióloga Figueredo Neto (1988) faz a seguinte crítica:

> *Quando o fonoaudiólogo passa a ser mais reconhecido como aquele que lida com a doença, reveste-se de uma falsa neutralidade. Isso porque a Medicina tende a desconsiderar as determinações sociais envolvidas na saúde e na doença e a privilegiar os componentes orgânicos, gerando a falsa idéia de que na doença todos somos iguais*. (p. 170)

Segundo a autora, esse profissional vai cada vez mais se desvinculando da escola e se aproximando da medicina mas, ao mesmo tempo, caracteriza-se como um dos profissionais a contribuir para a medicalização da escola, uma vez que o fracasso escolar passa a ter como uma das causas as alterações lingüísticas e não as desigualdades sócio-econômicas entre as pessoas e seus grupos sociais.

Retomando a história da fonoaudiologia, verificamos que na década de 80 ocorreu a regulamentação da profissão no Brasil, em 9 de dezembro de 1981. No estudo publicado no Jornal Brasileiro de Reabilitação, citado acima, os autores (Goulart et al) se empenham em mostrar a estreita proximidade do fonoaudiólogo com a Educação Especial desde a época do Império. Citam a criação do Colégio Nacional, em 1855, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), como importante local de atuação de profissionais que reabilitavam a fala de crianças surdas:

> *Paralelamente à educação dos surdos encontraremos em 1912 o Dr. Augusto Linhares, o grande precursor da Fonoaudiologia no Brasil, que já a diferencia da educação especial dando início as pesquisas e reabilitação dos distúrbios da voz e da fala, bem como cursos de orientação a professores.* (Goulart et al, 1981: 15)

Além da surdez, os objetos iniciais do trabalho da fonoaudiologia, conforme refere tal artigo, foram a gagueira, a voz e a afasia. Ao definirem fonoaudiologia, dizem os autores: *Seu fato é a linguagem patológica* (idem: 14).

Na segunda parte do artigo - "Histórico na Profissão no Mundo" -, os autores fazem referência a diversas personalidades que desde a antigüidade se preocuparam com as patologias da linguagem, em especial com a surdez. São mencionados, por exemplo, Aristóteles, Santo Agostinho, São Alberto Magno, e o papa Inocêncio III. Da Idade Moderna, são citados Ponce de Leon, o Abade L'Epée e o monge Fourier. Segundo os autores, esses personagens *foram os primeiros fonoaudiólogos intuitivos e preocupados com a reabilitação, como sermonistas e oradores profissionais.* (idem: 17)

Recortei desse artigo as referências a tais personagens para enfatizar a ligação histórica entre surdez e fonoaudiologia. Uma leitura atenta do texto mostra que, ao procurarem na história fatos que pudessem ser considerados como primórdios da fonoaudiologia, os autores destacam os reabilitadores dos surdos, principalmente aqueles que se dedicaram à sua oralização. Chamou-me a atenção tal consideração pois o objetivo do artigo é a exposição do histórico da fonoaudiologia e o que mais aparece compondo os dados históricos são fatos sobre educação de surdos. Menções aos tratamentos da gagueira, afasias e voz aparecem em menor freqüência.

A partir da leitura desse artigo pude concluir que a reabilitação dos surdos ou o anseio de corrigir a fala foram as bases que possibilitaram a origem da fonoaudiologia. Posso, assim, reafirmar que a prática da fonoaudiologia está alicerçada sobre o princípio da normalização.

Ser normalizadora é característica da sociedade moderna, que se constituiu a partir do final do século XVIII e início do século XIX, em conseqüência da germinação de saberes que fabricaram tanto os "normais" como a sua necessária contraparte, os "anormais". Com o invento das instituições, também na modernidade, para correção, educação e hospitalização dos "normais" / "anormais", a relação saber-poder sobre o outro se solidificou de modo definitivo.

Para Foucault (1979 b), saber e poder estão intimamente relacionados, pois q*ualquer ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de exercício de saber. E, inversamente, todo saber estabelecido permite e assegura o exercício de um poder .* (p. 50)

Dito de outra forma, todo poder se assegura através de um campo de saber, e o saber, conseqüentemente, institui relações de poder. Temos que entender o poder, portanto, como uma rede, como um elemento que está sempre em jogo nas relações humanas. Para Foucault (1979a) o poder é, antes de mais nada, produtivo.

> *O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.* (p. 183)

Um dos espaços em que é possível observar como o poder funciona na sociedade moderna são as instituições disciplinares. Tais instituições constituem as engrenagens que fazem funcionar um tipo de sociedade, surgida no final do século XVIII, denominada por Foucault sociedade disciplinar. A característica principal da sociedade disciplinar é vigiar constantemente o indivíduo e sua conduta. Isso se faz principalmente por meio das instituições disciplinares, em que se organiza o espaço e se controla o tempo, de forma a exercer o poder para garantir a normalização. Como exemplo de instituições disciplinares Foucault refere-se a escolas, hospitais, fábricas, asilos, prisões. A essas instituições citadas por Foucault, acrescentaria as clínicas fonoaudiológicas, os centros de reabilitação e as escolas especiais, onde a normalização ocorre na forma referida por Muchail (1985):

> *(...) a sujeição não se faz apenas na forma negativa da repressão, mas sobretudo, do modo mais sutil de adestramento, da produção positiva de comportamentos que definem ao indivíduo como ele "deve" ser segundo o padrão de normalidade* (Muchail, 1985: 199).

É nessas instituições disciplinares que o fonoaudiólogo realiza sua prática, tendo como princípio básico a "disciplina".

Anteriormente referi-me à fonoaudiologia como uma disciplina, enquanto conjunto de saberes sobre um determinado objeto, traduzido em técnicas, métodos e procedimentos que se aplicam a esse objeto. Este é um dos sentidos que Foucault atribui ao termo disciplina. No entanto, para o autor, disciplina tem também um outro sentido:

> *A disciplina é o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade. É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder* (Foucault, 1979a: 107).

Relacionando os dois sentidos de disciplina, chegamos à conclusão de que toda disciplina (como conjunto de saberes) utiliza como instrumento a disciplina (como conjunto de estratégias para o exercício do poder) ao lidar com o objeto de seu conhecimento. No nosso caso, ao fazer parte da disciplina da fonoaudiologia, o profissional assume certos saberes considerados verdadeiros sobre os indivíduos que constituem o objeto de sua atuação - aqueles cuja linguagem é considerada patológica -, e desenvolve técnicas para normalizá-los (técnicas disciplinares). Para a fonoaudiologia, o "exame" é a principal ferramenta.

No caso da surdez, o exame é o primeiro elemento no processo de normalização, pois é por meio dele que se identifica uma pessoa como surda (ou não). Se é considerada surda, o exame legitima as práticas normalizadoras. Explicando melhor: o indivíduo só é considerado surdo se assim for detectado por meio de exames: audiometria tonal, audiometria de potenciais evocados, emissões otoacústicas ou avaliação auditiva comportamental. É o exame que o qualifica como "surdo". A partir do exame é possível a classificação da surdez segundo vários critérios. Os mais comuns são aqueles que consideram o período do aparecimento da surdez, a parte do órgão auditivo afetada, ou o grau de

comprometimento da audição indicado audiometricamente. Santos e Russo (1986:198), por exemplo, propõem a seguinte classificação:

A) Classificação da deficiência auditiva segundo o momento de seu aparecimento:

- pré-natal – se ocorre durante a vida gestacional;
- peri-natal – se ocorre durante o nascimento;
- pós-natal – se ocorre após o nascimento;

B) Classificação da deficiência auditiva segundo a natureza do "problema":

- hereditária;
- não hereditária;

C) Classificação da deficiência auditiva segundo a parte do sistema auditivo afetada:

- deficiência auditiva condutiva – se ocorre no ouvido externo e/ou ouvido médio;
- deficiência auditiva neurosensorial – se ocorre no ouvido interno e/ou nervo vestíbulo-coclear;
- deficiência auditiva central – se a área afetada é o tronco cerebral e/ou cérebro.

D) Classificação da deficiência auditiva segundo o grau audiométrico:

- leve – de 26 a 40 dBNA;
- moderada – de 41 a 55 dBNA;
- severa - 56 a 70 dBNA;
- profunda – 71 dBNA a ...

Além destas divisões, é comum também classificar a surdez como pré ou pós-lingual, dependendo da época do aparecimento. A surdez é classificada como pré-lingual quando seu aparecimento ocorre antes da aquisição da linguagem (congênita ou surgida no primeiro ano de vida) e pós-lingual quando aparece após os dois anos de idade.

O exame é a estratégia que permite a classificação e possibilita julgar se o indivíduo está mais ou menos apto a se adaptar à sociedade de ouvintes. Após o diagnóstico, novamente a criança é submetida a outros exames para se verificar

que tipo de prótese lhe é recomendado. Dessa forma inicia-se o processo de normalização. A prática de oralizar os surdos é de tal importância histórica dentro da fonoaudiologia que, no Brasil, constitui uma área específica de trabalho, a qual recebe o nome de Audiologia Educacional. Esta área estuda a audição e as implicações das alterações auditivas na educação, e dedica-se ainda à reabilitação dos indivíduos portadores de deficiência auditiva (Bevilacqua, 1978). Asinelli (1990) define a função do fonoaudiólogo dentro desses parâmetros:

> **(...)o *papel do fonoaudiólogo é de minimizar a dificuldade da recepção dos sons, através da imprescindível protetização do deficiente auditivo*** *e também de proporcionar* ***linha terapêutica*** *que vise ao* ***desenvolvimento da linguagem*** *de maneira geral. Com o uso do aparelho de amplificação sonora individual, o* ***deficiente auditivo*** *terá condições de receber, com mais qualidade e com maior quantidade, os elementos formadores dos padrões lingüísticos de seu meio social.* ***Quanto mais precoce for a protetização, menor é o período em que o deficiente auditivo é excluído do mundo sonoro, e isto facilita em muito sua inclusão neste,*** *com recepção e expressão dos sons, palavras e emoções de forma mais clara e abrangente* (p. 31 - grifos meus).

Além de ser recente, o texto de Asinelli reflete e endossa as principais teses Oralistas: a surdez como desvio da normalidade, a necessidade de integrar o surdo à sociedade ouvinte, a preocupação em aproveitar os restos auditivos através de próteses e a possibilidades de oralização através de terapia fonatória. A medicalização dos corpos e dos comportamentos humanos é, portanto, a base das práticas fonoaudiológicas.

Qual a origem dessa base? Como referi anteriormente, a normalização é característica da sociedade moderna. No caso da surdez, podemos apontar como importante marco histórico o médico Jean-Marc-Gaspard Itard (1774-1838). Itard foi um médico francês que trabalhou como residente no Instituto Nacional de Surdo-Mudos a partir de 1800. Sua atuação, após a morte de Sicard (sucessor do abade L'Epée) inaugurou um novo modelo de educação no Instituto fundado por Epée em 1760, ao se opor ao uso dos sinais e se empenhar no ensino da fala. A

entrada de um médico no contexto escolar transformou as bases da educação dos surdos. Métodos que até o momento haviam sido elaborados por educadores (a grande maioria abades), passavam agora a incorporar o discurso e as práticas médicas, tendo como meta a diminuição ou a erradicação da surdez. Para Itard, que se apoiava na filosofia de Condillac (1714-1780), o conhecimento se processava a partir das sensações e da experiência. É por isso que Itard procurou recursos para suprimir a surdez, pois para ele o sentido da audição, assim como os demais sentidos, era imprescindível para a aquisição do conhecimento. Itard tentou recursos como vomitivos, preparados pruriginosos e amargos, fricções na fronte dos alunos, vaporizações do conduto auditivo externo, perfurações da membrana timpânica, cauterizações da mastóide, etc. (Banks e Souza, 2000). Foi, ainda, o precursor das próteses auditivas, tendo criado o trompete de três entradas, com a finalidade de promover a audição dos surdos (ídem).

A partir da medicalização da escola de surdos, a surdez passou a ser encarada como um problema do ouvido e, em conseqüência, a fala passou a ser treinada a todo custo a fim de minimizar os prejuízos causados pela falta de audição.

Foi nessa época, na virada do século XVIII para o XIX, que a medicina se estabeleceu como forma de controle da vida das pessoas. Isso porque o início do capitalismo demandava uma nova forma de organização da sociedade em que eram necessários corpos sadios para o trabalho – objetivo a que se presta a medicina. Esta assumiu, portanto, a partir desse momento, um papel altamente normalizador. A medicina passou a abordar as questões sociais e o comportamento humano a partir de uma ótica positivista, vendo o ser humano essencialmente como força para o trabalho. Esse raciocínio transferiu-se para as demais ciências humanas, e especialmente para a educação. A escola é o lugar privilegiado de normalização dos corpos, e é onde o discurso clínico tem seu efeito mais forte.

Atualmente a medicalização da escola é cada vez mais evidente. A tentativa de encontrar na própria criança a causa para seu fracasso escolar e delegar à clínica médica, psicológica, fonoaudiológica e/ou psicopedagógica a

função de saná-la é cada vez mais recorrente. Assim a educação se isenta de procurar no sistema educacional as causas para o fracasso das crianças, atribuindo a distúrbios neurológicos, emocionais e sensoriais as causas de suas dificuldades.[5]

A surdez torna ainda mais evidente o processo de medicalização da escola, sendo que as escolas de surdos, historicamente, sempre foram mais parecidas com clínicas ou centros de reabilitação. A inclusão das crianças surdas na escola regular não eliminou esse processo de medicalização ou clinicalização; pelo contrário, a dificuldade de interação lingüística entre professor e aluno torna ainda mais necessário o encaminhamento da criança surda para a clínica e para o reforço escolar.

Retornando a Itard, nos dias de hoje nos parecem cruéis as práticas por ele utilizadas no tratamento dos surdos, as quais provavelmente lhes causaram sofrimento físico e moral. Ao mesmo tempo, nos perguntamos até que ponto tais práticas diferem das realizadas atualmente, como o implante coclear, por exemplo. Essas práticas não seguem ainda o mesmo princípio – o da necessidade de se erradicar a surdez - como única possibilidade do surdo se desenvolver? Tais procedimentos apresentam-se como estratégias concretas da relação de poder entre a medicina/fonoaudiologia e os surdos.

Nessa relação, o assujeitamento se faz através dos saberes sobre a surdez e das práticas que tais saberes engendram. Para Foucault (1995), o saber é *um espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso* (p. 206). Sendo a surdez um dos objetos da fonoaudiologia, o discurso do fonoaudiólogo é legitimado e qualificado como verdadeiro. Um regime de verdade está sempre correlacionado a um regime de exercício de poder, o que se evidencia em práticas sociais. O surdo é, então, para a fonoaudiologia, um objeto de conhecimento, participando de uma rede de discursos e práticas, as quais Foucault (1994) denominou “jogos de verdade":

> *(...) formas segundo as quais se articulam , sobre o domínio de coisas, os discursos suscetíveis de serem ditos verdadeiros ou falsos (...).*

[5] Para um aprofundamento na questão da medicalização da escola sugiro a leitura de Collares e Moisés, 1996

> Assim como *os discursos da doença mental, da delinqüência ou da sexualidade só dizem o que é o sujeito num certo jogo muito particular de verdade* (p. 162)*,*

Os discursos da fonoaudiologia falam do sujeito surdo num jogo de verdade muito peculiar, onde o profissional é legitimado a dizer sobre os surdos segundo regras consideradas indiscutíveis.

No entanto, é preciso lembrar que muitos surdos não se submeteram incondicionalmente a uma educação Oralista. Os movimentos dos surdos são uma mostra de que o poder é produtivo pois, ao resistir à normalização imposta pelos ouvintes, os surdos também criaram saberes sobre si mesmos que influenciaram o surgimento de uma nova abordagem educacional em que a língua de sinais passou a ser valorizada. Alguns surdos perceberam a importância da língua de sinais para a educação de surdos mesmo antes da lingüística vir a existir como ciência.

Como argumento para esta afirmação apresento, no próximo capítulo, a história da educação dos surdos mas, diferentemente do que costumamos ler na maioria dos estudos sobre a surdez, em que a história é relatada por ouvintes, apresento-a a partir do texto de um surdo - Ferdinand Berthier -, escrito em 1840. Ao utilizar esse texto pretendo revisitar a história a partir do olhar de um surdo.

IV. UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS, SEGUNDO FERDINAND BERTHIER[6]

> *A criança surda difere da criança normal apenas pela falta de uma modalidade sensorial. Sua inferioridade neste sentido é mais aparente do que real. Deve-se culpar menos sua enfermidade do que seu isolamento. Sua inteligência é adormecida por falta de exercícios e comunicação. Sua curiosidade impaciente busca ser nutrida mas, como um Tântalo real, sua ânsia freqüentemente não é satisfeita. Todos os poderes de sua mente rebelam contra esse aprisionamento dentro da estreita esfera de sensações. Assim que a mente recebe impressões, estas fogem como um sonho.*
> (Berthier, 1840: 187)

Ferdinand Berthier nasceu em 1803 na cidade de Louhans, na província de Burgundy, na França, e era surdo congênito. Laurent Clerc, também surdo, antes de deixar a França para fundar a educação de surdos na América em 1816, declarou que Ferdinand Berthier era o mais brilhante aluno do Instituto para Surdos de Paris. Berthier entrou para o Instituto aos 8 anos. Depois de se formar, foi professor naquele Instituto e tornou-se uma figura importante na comunidade literária de seu tempo.

Com extraordinária proficiência no francês escrito, Berthier escreveu vários livros e numerosos artigos sobre o surdo, sua educação e seus direitos legais, incluindo biografias do Abade l'Epée, do Abade Sicard e de Bébian. Criou a primeira organização social para o surdo em Paris e foi a primeira pessoa surda a receber o prêmio Legião de Honra. Berthier escreveu a biografia de Epée (1712-1789) em um artigo denominado *O surdo antes e depois do abade l'Epée,* a pedido dos membros da Sociedade para as Ciências Morais, Letras e Artes de Seine-et-Oise, que lhe propuseram, segundo seu relato:

[6] Este capítulo traz numerosas citações, muitas delas longas. Fiz questão de compô-lo dessa forma para que o leitor possa vislumbrar o texto original de Berthier, uma vez que o objetivo é focalizar a ótica do próprio surdo sobre a história de sua educação. Além disso, essa obra é de difícil acesso.

> *investigar a condição social do surdo antes do abade de l'Epée, e que meios ele empregou para sua educação; usar essas duas investigações para conseguir uma exata apreciação da realização de Epée como fundador de uma nova instituição e como benfeitor da humanidade* (Berthier, 1840: 163).

Esse artigo seria usado como argumento para oferecer a Epée um prêmio dado anualmente a uma pessoa ilustre da sociedade francesa.

Com este intuito, Berthier relatou a história da educação dos surdos, iniciando por professores anteriores a l'Epée e, posteriormente, assinalando as inovações introduzidas pelo abade. Berthier era grande admirador de Epée e seu texto é repleto de elogios. Apesar disso, não se isenta de criticá-lo em alguns aspectos como, por exemplo, na forma como ele ensinava aos surdos a gramática do francês.

Inicia a história na antigüidade, relatando as conhecidas atrocidades realizadas contra os surdos pelos espartanos, que condenavam a criança a sofrer a mesma morte reservada ao retardado ou ao deformado*:*

> *A infortunada criança era prontamente asfixiada ou tinha sua garganta cortada ou era lançada de um precipício para dentro das ondas. Era uma traição poupar uma criatura de quem a nação nada poderia esperar* (idem, p. 165).

Relata que no sistema romano os surdos eram privados de seus direitos legais e, entre os egípcios e persas, o destino dos surdos era um assunto de interesse religioso, pois suas debilidades eram consideradas um sinal visível dos deuses. Berthier afirma que somente a religião cristã trouxe aos surdos sua dignidade e os salvou do exílio em que se encontravam.

Até esse ponto sua narrativa da história dos surdos não apresenta nenhuma novidade, mas ao iniciar o relato da educação dos surdos a partir da idade moderna, nos surpreende com a afirmação de que é um erro considerar Pedro Ponce de León (1520 - 1584) o primeiro professor de surdos:

> *Hoje é amplamente reconhecido que toda a contribuição de Ponce foi meramente colocar os princípios da educação para surdos em um patamar mais amplo do que seus predecessores fizeram.*

> *Antes de Ponce, muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo, e quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século, buscou demonstrar que a educação do surdo não era uma impossibilidade; ele não parou aí e manteve um relatório escrito sobre alguns importantes pontos sobre este especial tipo de ensino* (Berthier, 1840: 169).

Ainda tratando de professores espanhóis, Berthier nos revela sua indignação ao ver Juan Pablo Bonet (1579 - 1629), autor do livro A*rte para enseñar a hablar a los mudos,* creditar a si a descoberta de como ensinar o surdo a falar. Segundo Berthier, tal crédito poderia ser reivindicado por seu rival Ramirez de Carrion, que era surdo congênito e teve sucesso, no julgamento dos críticos de seu tempo, em um experimento com Emmanuel Philibert, o príncipe surdo de Carignan. Seu livro, publicado nove anos antes do de Bonet, em 1629, recebeu o título *Maravilhas de naturaleza, em que se contienen dos mil secretos de cosas naturales,* 1629.

Berthier acrescenta à história outros importantes nomes de professores de surdos, tais como o inglês John Wallis (1616 - 1703), professor de Oxford, primeiro inglês a dedicar-se à educação de surdos. Sobre ele, o autor salienta:

> *Embora seu trabalho sobre articulação obtivesse total sucesso e seu Tratado sobre o Discurso e a Formação de Sons (Grammatica Linguae Anglicanae) tenha recebido a aprovação dos mais ilustres acadêmicos, ele logo percebeu que os recursos para as pessoas surdas sob seus cuidados eram muito escassos se comparados com aqueles contidos na linguagem de sinais. Em sua carta ao Dr. Beverly (no terceiro volume dos trabalhos matemáticos de Wallis, (Transações filosóficas de Londres, 1698), ele escreve:*
>
> *E este (treino de articulação) é de fato o menor trabalho de dois (embora visto como o mais extraordinário). Mas um sem o outro seria de pouco uso. Pois pronunciar palavras simplesmente como um*

papagaio, sem saber o que elas significam, não nos traria benefício nenhum (idem, 170).

Apesar de ter reconhecido a importância dos gestos, Wallis é criticado por Berthier por considerar sinais como sendo meramente as letras do alfabeto ou movimentos dos dedos.

Todos os outros professores ingleses - John Bulwer, William Holder, Digby e Gregory - tinham como objetivo ensinar por meio da fala. Entre os professores holandeses, cita Van Helmont e o médico suíço Conrad Amman, que viveu em Amsterdã. Ambos se empenharam em ensinar o surdo a falar. Entretanto, Van Helmont acreditava ser importante ensinar os surdos a falar em hebreu, pois era a única língua que possibilitaria uma comunicação com Deus. Como material de suporte a seu projeto, fez uma descrição do mecanismo do aparato vocal, usando o hebreu para pronunciação.

Dentre os vários professores alemães citados, destaque especial é dado a Samuel Heinicke (1723 - 1790), que também pregava a importância do ensino da fala ao surdo. Contemporâneo de l'Epée, foi, como o português Pereire, um dos maiores rivais de Epée. A rivalidade desses três professores contemporâneos, de países diferentes, centrava-se num debate que contrapunha, como hoje, a oralidade versus a gestualidade na educação do surdo.

É interessante observar que a história da educação dos surdos traz informações inovadoras quando narrada por um surdo. Através desse relato, vemos que muitos desses homens aclamados pela história como heróis são por ele considerados plagiadores e outras vezes charlatães.

Para Berthier, Epée foi o primeiro a livrar o surdo de sua solidão, como refere nesta passagem:

Até então, como eu já havia explicado, todos os educadores de surdos interpretavam o princípio que "nossa mente não contém nada que não chegou lá através dos sentidos" como se seu único trabalho fosse dar a estes desafortunados o uso mecânico da fala. Ao contrário, Epée foi o primeiro a vislumbrar na linguagem mímica ainda imperfeita deles, meios mais seguros e simples de comunicação e uma mais direta e clara tradução de pensamento. E ele fez com que seus tesouros escondidos

> *florescessem – verdade, flexibilidade, a riqueza de um idioma que pertence a todas as nações, de fato, a toda a humanidade, um idioma que admiravelmente resolve o problema de uma linguagem universal a qual os acadêmicos em toda parte têm buscado por séculos em vão.*
> *A partir do simples argumento que os surdos podem ser instruídos com o auxílio de gestos da maneira como instruímos outras pessoas usando os sons da voz, e que ambos os grupos podem aprender linguagem escrita, o incansável Epée criou um novo mundo, toda uma geração* (Berthier, 1840: 179).

Vê-se que Berthier classificava sua própria língua como imperfeita. Tal afirmação parece ser um efeito da fala dos filósofos e educadores da época, que assim a consideravam. Esse foi o argumento de Epée para criar os sinais metódicos que acrescentavam à língua de sinais elementos da gramática da língua francesa. O mesmo se pode dizer do conceito de "linguagem universal", idéia amplamente difundida pelos filósofos iluministas. Acreditava-se na existência de uma língua primeira do homem, anterior ao hebraico, que se supunha ser a linguagem de ação, da qual teriam se originado todas as outras línguas.

Era comum, naquela época, os professores de surdos realizarem demonstrações públicas de seus feitos aos reis, filósofos, autoridades e curiosos. Em uma dessas demonstrações de Epée a Linguet, importante filósofo da época, podemos entender como Epée adaptou a linguagem de sinais dos surdos à gramática do francês, para ensiná-los a escrever corretamente. No exemplo a seguir Epée procura demonstrar a Linguet os recursos utilizados para ditar aos surdos a palavra "ininteligibilidade":

> *Eu necessito de apenas cinco sinais expressos em um instante, como o senhor mesmo viu. O primeiro expressa a ação interna; o segundo, a ação de uma mente lendo internamente, isto é, uma que entenda o que está sendo proposto; o terceiro diz que este estado mental é possível. Isto não reproduz a palavra "inteligível"? E um quarto sinal, que converte este adjetivo em uma qualidade abstrata, não produz a palavra "inteligibilidade"? Finalmente, um quinto sinal adicionando negação nos dá a palavra completa "ininteligibillidade" (Epée apud Berthier, 1849: 197).*

Como se vê, a palavra foi decomposta em cinco sinais, de forma que o surdo a escrevesse corretamente. Berthier critica o abade Epée neste ponto, dizendo ser desnecessário tal recurso, pois bastava observar como seus alunos (de Berthier) escreviam corretamente sem necessidade de tantos artifícios.

O autor faz sua argumentação a favor da linguagem dos gestos na educação dos surdos, que aparece no texto com diversas nomenclaturas: *mímica, linguagem dos gestos, linguagem de ação e sinais.*

Para tecer sua argumentação a favor dos sinais, traz citações de outros autores, principalmente aqueles que atacavam o método de Epée, como podemos ver a seguir:

> *Durante muito tempo foi universalmente aceita a opinião de que a ausência da fala tornava impossível a aquisição de idéias abstratas e menos possível ainda o conhecimento de verdades da mais alta ordem. Para a vergonha de nossos tempos, esta opinião está ainda tão profundamente enraizada que as massas tiveram uma recepção impassível às tentativas ora mais, ora menos bem-sucedidas, de Pedro de Ponce e Bonet, na Espanha, de Gregory e Wallis, na Inglaterra, de Amman, na Holanda, de Pereire e do abade Deschamps, na França* (Berthier, 1840: 168).

A respeito do trabalho de Deschamps, autor do "*Curso Elementar de Educação do Surdo" ,* Berthier afirma que seu método era meramente uma aplicação mais ou menos feliz dos métodos de seus antecessores. Deschamps criticava o método de Epée pois acreditava que, sendo os alunos surdos também inclinados a pronunciar palavras, elas deveriam lhes ser ensinadas de forma que pudessem ser utilizadas como por uma criança normal.

Sobre esse argumento, Berthier comenta que o erro de Deschamps era dedicar a primeira fase do ensino apenas à pronúncia e relegar a mímica para o final. Ele afirma:

> *Em minha opinião, o procedimento inverso seria mais razoável, pois a instrução de uma pessoa surda através da articulação não será semelhante à de um papagaio, se a mímica não for colocada em prática? Mas este último método pode ser convenientemente deixado de*

lado somente se nós estivermos certos de que a educação do aluno esteja suficientemente avançada para que ele entenda o significado de palavras que não lhe são familiares (idem, 178).

Berthier narra as rivalidades que Epée teve que enfrentar para provar que seu método era adequado para a educação dos surdos e para fazer com que os sinais fossem aceitos:

Certamente esse grande trabalho de reconstrução não foi realizado sem fortes ataques pelos teólogos, filósofos, acadêmicos de todos os países que alegavam que sinais representativos não ajudariam a alcançar idéias metafísicas dentro da mente da pessoa surda. Epée pode provar para seus oponentes que uma idéia não é mais intimamente confinada aos sons da fala do que a palavras escritas, e que a única coisa requerida para ativar a idéia no cérebro é uma intermediação que estimule os olhos ou indique o significado da palavra (idem,181).

Berthier tinha a clareza de que a linguagem de sinais constituía um verdadeiro idioma, como podemos notar na afirmação do autor:

*Tudo que eu posso dizer sobre a linguagem de sinais é que, ainda hoje, poucas das pessoas que falam têm uma precisa idéia do que consistem esta linguagem e sua genialidade. Muito menos simples do que se costuma supor, ela tem um pequeno número de ingredientes em um infinito número de combinações e isto é avivado pelo jogo de fisionomias**. Ela tem tudo que é necessário para representar todas as idéias que povoam a mente e todos os sentimentos que provocam o coração.** Em resumo, ela sozinha combina a simplicidade e a universalidade da matemática, a mais perfeita de todas as ciências, com seus dez numerais* (Berthier, 1840: 175, grifos meus).

Esse mesmo sentido - o de afirmar que os sinais constituíam uma língua - encontramos no texto de outro professor surdo, Desloges, escrito um pouco antes ao de Berthier, em 1779:

(...) certa vez l'Epée concebeu o nobre projeto de devotar-se à educação do surdo; ele sabiamente observou que eles possuíam uma linguagem natural para se comunicarem entre si. Como essa linguagem não era outra senão a de sinais, ele supôs que, se ele se empenhasse em

> *compreendê-la, o triunfo de seu empreendimento seria assegurado. Esse discernimento foi recompensado com sucesso. Então o abade de l'Epée não foi o inventor ou o criador dessa linguagem; pelo contrário, ele a aprendeu com o surdo; ele somente reparou o que encontrou incompleto nela; ele a ampliou e lhe deu regras metódicas* (Desloges, 1779, p. 34).

Apesar do reconhecimento dessa linguagem, Desloges, assim como Berthier, tiveram os próprios discursos afetados pela concepção dominante na época - e ainda hoje -, de que sua língua é incompleta. No discurso desses surdos verifica-se a marca da concepção iluminista sobre os sinais:

> *(...) Epée foi o primeiro a vislumbrar* ***na linguagem mímica ainda imperfeita deles,*** *meios mais seguros e simples de comunicação e uma mais direta e clara tradução de pensamento* (Berthier, 1840: 179).

Mesmo defendendo os sinais na educação dos surdos, Berthier não negligencia a possibilidade da aprendizagem da fala e da leitura labial pelos surdos, mas salienta que estas deveriam ser aprendidas apenas posteriormente, e por aqueles que demonstrassem aptidão para elas. Afirma ser um erro forçar a sua aprendizagem.

> *Primeiramente, nós devemos notar que a fala, assim como a leitura labial, é meramente um acessório, (...) apropriado somente para treinamento de alunos que se considere ter aptidão para isso, tomando o cuidado de não impor isto a todos ou, acima de tudo, não forçar isto a alunos com intransponível aversão à tarefa.*
>
> *Se, entretanto, como afirmam certos instrutores, a educação de surdos se resume à articulação, à leitura labial ou até mesmo ao processo de soletrar palavras através dos dedos, nós poderíamos apenas começar a ensiná-los um assunto, aritmética, por exemplo, quando eles tivessem feito progresso suficiente no estudo da língua falada para entender as explicações dadas oralmente. Digam-me agora, quantos estudantes do último ano podem realizar uma prova aritmética somente com a ajuda da escrita? Provavelmente nenhum sequer. Então, o que aconteceria se nós tivéssemos que recorrer à fala artificial? A leitura labial é meramente um tipo de adivinhação na qual o significado das sílabas visíveis ajuda*

alguém a decifrar, acrescentar ou adivinhar o que permanece fora do alcance da visão. Longe de conduzir diretamente à interpretação do pensamento, a leitura labial constantemente precisa ser interpretada pelo pensamento. Ela pode servir como um dispositivo de memória para frases previsíveis na conversação cotidiana; mas ela nunca será um meio regular de instrução ou de elaboração cumulativa de idéias. Em vão nós combatemos a força da verdade; nós acabamos abrindo passagem à certeza evidente e descartando um promissor sistema de instrução que nos ameaça com uma regressão aos primórdios (idem, 190 - 191).

Suas recomendações soam tão atuais aos educadores que não parecem ter sido feitas há dois séculos:

A experiência sugere que nós precisamos tomar o maior cuidado possível na seleção de um professor para o surdo. Conforme sugeri, as mais importantes qualificações são um perfeito conhecimento e a extensa prática da linguagem da ação. Infelizmente, deve ser dito, as pessoas às quais foram confiadas o destino do Instituto Real de Paris nem sempre compreenderam isso. A posição dos instrutores de surdos tem às vezes sido injusta e também freqüentemente tem sido esquecido que, com igual justiça, eles talvez tivessem o direito a igual consideração (idem,190).

Berthier salienta também a importância da escrita para o surdo:

A influência da linguagem de sinais no desenvolvimento intelectual da pessoa surda – tão grande como a influência dos sons da fala tem sobre a mente de uma criança ouvinte – não revela que pode ser fornecida uma grande quantidade de conhecimento sem a ajuda de linguagem escrita e que este conhecimento pode mais tarde servir para interpretar a linguagem falada? Posteriormente, a linguagem escrita registra idéias adquiridas, as coloca em categorias metódicas, e as torna mais precisas, aliviando assim o peso que elas exercem na memória e fornecendo uma nova energia à compreensão, ou pelo menos, fornecendo a ela um uso mais livre de toda a energia a seu dispor (idem, 188).

Berthier elogia Epée não só por ter aberto a possibilidade do uso dos sinais na educação, mas por sua extrema humildade e abnegação. Ele nos conta como Epée abriu mão de sua herança e até mesmo de suas necessidades básicas em favor dos surdos. Epée é aclamado com todas as glórias, é chamado por ele de "São Vicente de Paula dos surdos".

Todavia, Berthier tece críticas a Epée, assim como a Sicard (sucessor de Epée) por aterem os sinais mais às palavras do que às idéias, ou seja, ambos estavam mais preocupados em transcrever os sinais para a escrita do francês. Com os sinais metódicos um surdo poderia escrever palavras corretamente, mesmo sem compreender seu significado. Para ele, um sucessor que conseguiu superar esses erros foi Bébian (1789 - 1834). Bébian, embora ouvinte, havia estudado e convivido com os surdos desde criança no Instituto de Paris. Nessa condição pôde perceber que a linguagem de sinais usadas pelos surdos não era a mesma criada por Epée. Segundo ele, *(...) o surdo que podia anotar qualquer coisa ditada a ele por sinais, não podia expressar espontaneamente mesmo seus pensamentos mais simples* (Bébian, 1817, 140).

Para Berthier, Bébian era um verdadeiro conhecedor da língua dos surdos e portanto, *reduziu do currículo toda bagagem intelectual excessiva que simplesmente atrasava o progresso dos estudantes e trouxe de volta ao ensino a simplicidade e a verdade (...)*(Berthier, 185).

Após a leitura dessa bela narrativa, posso concluir que o texto de Berthier, além de um relato exaltado à vida do abade l'Epée, é uma instigante defesa da língua de sinais na educação e na vida das pessoas surdas. Ele nos mostra que a discussão sobre o uso da gestualidade versus o uso da oralidade é muito antiga. Sobre a dificuldade dos educadores em aceitar os sinais, ele questiona:

> *Qual é a fonte desta tenacidade que resiste tanto à voz da razão quanto às lições da experiência? Eu não posso e não devo acusar somente a antiga predileção de dar à fala o papel principal no desenvolvimento mental. Isto tem sido e será por muito tempo o maior obstáculo ao progresso na educação do surdo* (Berthier, 1840:191).

A tenacidade da resistência dos educadores à língua de sinais, que Berthier denunciava dois séculos atrás, pode ainda hoje ser observada em nosso meio. O

autor acertou ao prever que este seria um obstáculo para a educação dos surdos ainda por muito tempo. O que diria ele hoje sobre os fonoaudiólogos? O que diriam os fonoaudiólogos sobre tal questão?

Discutirei esse assunto no próximo capítulo.

V: A FONOAUDIOLOGIA NAS ABORDAGENS DE EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Sei que às vezes uso palavras repetidas
Mas quais são as palavras que nunca são ditas?
(Quase sem querer - Dado Villa-Lobos, Renato Russo e Renato Rocha)

A história da educação do surdo tem sido marcada, desde o Congresso de Milão em 1880, por uma forte tendência à oralização. Nesse Congresso (II Congresso Internacional Sobre a Educação de Surdos), especialistas e educadores ouvintes empenharam-se não só em defender o uso exclusivo da língua oral para o ensino de pessoas surdas como também a implantação de meios para controlar e proibir a língua de sinais. Os dois primeiros artigos de resolução do Congresso, redigidos por Kinsey, secretário do Congresso para os falantes do inglês, estabelecem:

> *I. O Congresso - Considerando a incontestável superioridade da fala sobre os sinais na reintegração do surdo-mudo na sociedade, e para dar-lhe mais perfeito conhecimento da linguagem,*
> *Declara - Que o método Oral Puro deve ser preferido aos sinais para a educação e instrução do surdo e mudo.*
> *II. O Congresso - Considerando que o uso simultâneo da fala e sinais tem a desvantagem de prejudicar a fala, a leitura labial e a precisão de idéias,*
> *Declara - Que o método Oral Puro deve ser preferido* (Kinsey, 1880).

Não era a primeira vez que se postularia a oralização das pessoas surdas pois, como vimos no capítulo anterior, já era tenazmente defendida por muitos educadores. Todavia, pela primeira vez ela estava oficializada como a abordagem de excelência na educação dos surdos, legitimada com a adesão de renomados cientistas da época. Esse momento marcou não só a legitimação de uma prática educacional centrada na oralização, como também a primazia de uma perspectiva logocêntrica, ou seja, a idéia de que o surdo só se socializa e desenvolve o pensamento se for "oralizado".

As idéias do Congresso de Milão tiveram repercussões no Brasil, influenciando professores como, por exemplo, os do Instituto dos Surdos-Mudos (hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES), única escola pública brasileira para surdos na época. Um desses professores, Moura e Silva, em relatório apresentado ao Diretor do Instituto em 1896, portanto dezesseis anos após a realização do Congresso, escreveu:

> *Bem sei que o Congresso, que em Milão se reuniu de 6 a 11 de setembro de 1880, tendo de legislar, em seis dias, sobre o grande número de questões importantíssimas de seu vasto programma, declarou, como meio de educar e instruir os surdos, não sòmente a preferencia, mas ainda, a superioridade do méthodo oral puro, isto é, do méthodo que "ensina a palavra unicamente pela palavra, com exclusão total dos signaes, mesmo dos signaes naturaes, conforme o definiu o padre Tarra, mas também não ignoro as sensatas ponderações alli feitas por diversos defensores do methodo combinado, dentre as quais cumpre lembrar as do eminente professor americano Gallaudet, autoridade de maior competência(...)* (Moura e Silva, 1896:7)

A partir deste trecho Moura e Silva (1896) discute a posição assumida por Thomas Gallaudet, a saber, a que defende o uso simultâneo da fala, gestos e datilologia no ensino dos surdos. Sua explanação ao diretor ocorre no sentido de afirmar a ineficácia do método oral puro. Além de apelar a Gallaudet, vale-se da experiência com os alunos surdos:

> *Há surdos capazes de articular, há-os, porém, absolutamente incapazes de tamanho benefício. Aquelles convenientemente guiados, poderão fallar, mais ou menos satisfactoriamente; estes, quando a tal sacrificio coagidos, nunca farão mais do que arremedar os sons da voz humana, mais ou menos ridiculamente* (Moura e Silva, 1896:7).

Moura e Silva faz uma classificação dos surdos capazes e dos incapazes de articular. Segundo ele, os que podem articular são aqueles que ensurdeceram após a aquisição do uso da palavra e os semi-surdos. *Já os surdos de nascença (salvo raríssimos privilegiados), ou os de fraca inteligência, tem articulação penosa, difícil e desagradável* (Moura e Silva, 1896:8). Encerra a primeira parte de seu relatório com a afirmação de que ***o méthodo oral puro****, como meio de*

*educar e instruir a todo e qualquer surdo-mudo**, sem distincção, é verdadeira utopia*** (Moura e Silva, 1896:10).

Um século após as constatações do professor Moura e Silva a fonoaudiologia ainda continua, em seu segmento majoritário, a afirmar que **todo surdo** pode ser oralizado, e a ver a língua oral como possibilidade principal de desenvolvimento do surdo, como podemos verificar na citação a seguir:

> ***Todos os deficientes auditivos, se trabalhados desde a infância, podem se comunicar pela fala*** *e se integrar à sociedade de maneira produtiva, podendo escolher sua profissão, guardadas as limitações evidentes* (Corrêa, 2000: 141, grifos meus).

As limitações referem-se àquelas profissões onde o uso da audição é imprescindível, como o uso do telefone ou de instrumentos musicais, por exemplo.

Essa afirmação, de que todo surdo pode se comunicar pela fala, ampara-se em parte nos recentes avanços tecnológicos voltados a minimizar os efeitos da surdez, como aparelhos auditivos cada vez mais sofisticados, implante coclear, programas de computador para treino de fala, etc., que não existiam naquela época. No entanto, nenhum recurso consegue ainda devolver a audição ao surdo; quando muito, permite-lhe aproveitar um pouco mais seus restos auditivos, mas não lhe permite ouvir.

A língua oral é ainda colocada como “a” solução mais importante para a integração social do surdo. Entretanto, mesmo após longos e exaustivos períodos de treinamento, a fala da criança surda reabilitada em geral não se equipara, em compreensibilidade, à de uma pessoa ouvinte. Ou seja, no final das contas, a diferença auditiva para menos permanece; quando muito, chega-se à “quase igualdade” (Souza, 1986).

Quase um século depois do Congresso de Milão, e após o fracasso da reabilitação de um grande número de surdos na abordagem Oralista, independentemente do país, tiveram início movimentos patrocinados por educadores, militantes surdos, pais de surdos e lingüistas, voltados à reinclusão da língua de sinais nas escolas. Esse retorno aos sinais foi ativado com as pesquisas na área da lingüística e da neurolingüística que comprovaram que a

língua de sinais é uma língua natural, e que, portanto, cumpre todas as funções de uma língua oral (Sacks, 1999, Klima e Bellugi, 1979).

Tais revelações foram feitas a partir das pesquisas desenvolvidas em 1960 pelo lingüista americano Willian Stokoe sobre a American Sign Language (ALS) (Stokoe, 1980). Comprovando em seus estudos que a língua de sinais não é um misto de pantomimas e de sinais icônicos, nem serve apenas para descrever objetos ou ações concretas, como também acreditavam os profissionais que atuavam com os surdos naquele momento, Stokoe trouxe, com sua tese, novos parâmetros para se pensar a educação dos surdos.

Começou então a se constituir uma abordagem educacional que privilegiasse a língua de sinais. A partir da década de 60, verifica-se o surgimento de defesas de uma educação bilíngüe para as minorias lingüísticas e também para os surdos. Atualmente, os países que se destacam nessa abordagem na educação de surdos são, principalmente, a Suécia e a Dinamarca. A concepção bilíngüe para a pessoa surda começou a influenciar educadores, fonoaudiólogos e pesquisadores brasileiros por volta da década de 90.

Em relação a essa proposta, Souza (1998) afirma:

> *O bilingüismo surgiu em decorrência da clássica tese de Stokoe, publicada em 1960, de que o sistema de comunicação por sinais utilizado pelos surdos americanos (ASL) era, de fato, uma língua como outra qualquer.(...) Tentativas de aplicar, na educação, as conclusões dos estudos lingüísticos sobre línguas de sinais acabaram por conduzir à formulação de propostas para um ensino bilíngüe. Do ponto de vista lógico, dada, de um lado, a grande dificuldade da criança surda em adquirir a língua oral e, de outro, a importância da língua na constituição da própria subjetividade, uma educação bilíngüe pressuporia a imersão da criança surda, o mais cedo possível, na língua de sinais* (p. 103).

Nessa direção, a criança deveria ser colocada em contato com adultos e outras crianças surdas, de forma que sua primeira língua fosse a de sinais. Ao mesmo tempo deveriam ser oferecidas aos pais oportunidades para que pudessem aprender, igualmente, a língua de sinais.

Skliar (1997) refere-se ao que propõe o modelo Bilíngüe:

> *(...) dar acesso à criança surda às mesmas possibilidades psicolingüísticas que a criança ouvinte tem. Será só desta maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades lingüístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender* (p. 143-144).

Permitindo à criança surda a aquisição da língua sinais o mais cedo possível pode-se garantir seu pleno desenvolvimento cognitivo e afetivo, como refere Góes (1996):

> *A criança nasce imersa em relações sociais que se dão na linguagem. O modo e as possibilidades dessa imersão são cruciais na surdez, considerando-se que é restrito ou impossível, conforme o caso, o acesso a formas de linguagem que dependam de recursos da audição. Sobretudo nas situações de surdez congênita ou precoce em que há problemas de acesso à linguagem falada, a oportunidade de incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento nas esferas cognitiva e afetiva e fundam a construção da subjetividade* (Góes, 1996: 38).

Ao propor uma ruptura com o modelo clínico, a abordagem Bilíngüe convoca o professor a assumir o papel de educador e não mais o de "reabilitador da fala". Dentro da Educação Bilíngüe o papel do pedagogo é essencialmente educacional e não terapêutico, ou seja, sua função é ensinar considerando a singularidade constitutiva de seu aluno: a língua de instrução passa a ser necessariamente a de sinais. Há também uma função específica para os educadores surdos. Estes atuam na educação como professores de disciplinas escolares, ou mesmo como monitores, favorecendo a aquisição da língua de sinais pelas crianças de forma natural[7]; trabalham também como instrutores de língua de sinais para os familiares.

[7] A língua de sinais tem sido apontada pelos defensores do Bilingüismo como a língua natural do surdo. O termo natural pode trazer interpretações equivocadas, como a de que seria algo simplesmente orgânico, sem qualquer interferência do social. De fato, quando se afirma que a língua de sinais é a língua natural do surdo, significa apenas que esta não precisa ser ensinada sistematicamente, mas que pode ser adquirida espontaneamente, apenas pela convivência com outros surdos, ou com ouvintes que dominem essa língua.

E o papel do fonoaudiólogo, qual seria? Se são os adultos surdos que introduzem a criança no universo simbólico da linguagem através dos sinais, se são os educadores surdos ou ouvintes que lhes ensinam a língua portuguesa escrita e os conhecimentos escolares, qual é a tarefa do fonoaudiólogo junto a essas crianças?

O Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa), cumprindo a função de definir regras e limites do trabalho do fonoaudiólogo, estabeleceu no parecer nº 004/98, que *(...) a LIBRAS*[8] *deve ser apenas um veículo de comunicação entre o deficiente auditivo e o Fonoaudiólogo,* ***não cabendo ao profissional ensinar ao deficiente auditivo a língua de sinais*** (CFFa, 1998).

Na época da legalização da profissão (1981), a filosofia da Comunicação Total começava a ter adeptos na prática fonoaudiológica com os surdos, mas essa nova abordagem não incitou o Conselho a elaborar um parecer sobre esse assunto. Qual seria a razão?

Talvez a razão seja que a Comunicação Total não constitui, de fato, uma técnica ou método de ensino, mas uma filosofia de educação (Fant, 1977). Sendo um dos defensores da Comunicação Total nos Estados Unidos, Fant explica que, para que o surdo desenvolva sua linguagem, todos os modos de comunicação deveriam ser fomentados (fala, leitura labial, audição, língua de sinais, inglês manual, inglês sinalizado, alfabeto digital, gestos, mímica, desenho, gravuras, escrita, etc.).

Segundo esse autor havia nos EUA, no início da década de 70, duas propostas para a Comunicação Total. A primeira se propunha a desenvolver na criança surda sua própria linguagem, considerada como sendo a de sinais e, posteriormente, fazer uso dessa linguagem para desenvolver o inglês. A segunda linha de pensamento sobre a Comunicação Total defendia que se submetesse o surdo ao inglês desde o começo, usando concomitantemente o alfabeto digital, o inglês sinalizado e outras formas de expressão, a fim de tornar o inglês acessível e mais compreensível ao aluno surdo.

[8] LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Fant previa que a Comunicação Total corria o risco de cometer os mesmos erros do Oralismo. Segundo ele, as armadilhas nas quais poderia cair seriam:

- *Insistir que todas as crianças surdas se comuniquem só em inglês, idioma em que só alguns têm fluidez;*
- *Levar tanto tempo para o ensino do inglês que não dê oportunidade para o ensino de outros pontos essenciais;*
- *Limitar o progresso da criança em aprendizagem à sua capacidade de ler e escrever sobre um tema em inglês correto.*

O principal erro do oralismo foi o excessivo gasto de tempo e energia em uma tarefa pouco realista. Cairá no mesmo poço o movimento em favor da Comunicação Total ? (Fant, 1977: 147-148)

O que observamos é que Fant previu corretamente. Embora uma corrente da Comunicação Total defendesse os sinais como primeira língua a ser adquirida pelo surdo e o respeito à sua singularidade, a forma como a proposta foi aplicada não criou, de modo geral, nenhuma ruptura com o Oralismo.

A abordagem Bilíngüe, pelo contrário, parece ter trazido a necessidade de discussão dessa questão pelos fonoaudiólogos e pelo próprio Conselho Federal de Fonoaudiologia. De fato, o Conselho acabou por elaborar um parecer específico sobre o assunto. O parecer nº 004/98 do CFFa assim descreve o trabalho do fonoaudiólogo em cada abordagem:

ORALISMO – o fonoaudiólogo procura suprir a dificuldade sensorial da deficiência auditiva buscando aproximá-lo o mais possível da realidade do ouvinte. Não estimula nenhum tipo de linguagem gestual. Procura o desenvolvimento da emissão oral e pode trabalhar numa abordagem multissensorial utilizando estímulos sonoros, táteis, cinestésicos e visuais ou numa abordagem unissensorial, com uma metodologia que procura utilizar apenas pistas auditivas como via de acesso.

COMUNICAÇÃO TOTAL – Tem uma outra visão do deficiente auditivo e procura respeitar sua diferença sensorial. Faz uso da língua de sinais e trabalha com a idéia de facilitar a comunicação utilizando para isso as estratégias e recursos que forem necessários. Desenvolve a leitura labial, o treino articulatório e auditivo com ênfase na protetização precoce, a leitura e a escrita. Faz uso do bimodalismo, podendo utilizar

> *de "pidgin" (uso simultâneo da língua de sinais e a modalidade oral da língua), de "cued speech", português sinalizado e do alfabeto manual nas terapias, respeitando a opção do deficiente auditivo.*
> *BILINGÜISMO – É a aquisição de duas línguas distintas e suas modalidades específicas. Para a deficiência auditiva há as seguintes possibilidades: LIBRAS e Língua Portuguesa na modalidade oral e escrita, como também LIBRAS e Língua Portuguesa somente na modalidade escrita. Nesta proposta defende-se que a estimulação da Língua Oral, realizada por Fonoaudiólogos, ocorra paralelamente à aquisição da língua de sinais que deve se dar através de convívio com sujeitos deficientes auditivos que a dominem. Desta forma, procura-se preservar a estrutura gramatical das duas línguas e como nas demais filosofias cabe ao Fonoaudiólogo utilizar uma metodologia de oralização e desenvolver os aspectos de estimulação auditiva, articulação, leitura oro-facial, linguagem, etc.* (Parecer CFFa 004/98, p: 5)

Observamos em primeiro lugar que, nesse parecer, a terminologia utilizada para designar a pessoa que não ouve nas três abordagens é sempre a mesma, ou seja, "deficiente auditivo", ou como uma pessoa que possui uma "deficiência auditiva". Dessa forma é mantida a noção de doença e a partir dessa concepção são definidas as práticas, de acordo com a abordagem assumida pelo fonoaudiólogo.

Assim, no Oralismo a função do fonoaudiólogo é definida como sendo a do profissional que *procura o desenvolvimento da emissão oral* e na Comunicação Total, esse profissional é definido como aquele que *desenvolve a leitura labial, o treino articulatório e auditivo, com ênfase na protetização precoce, a leitura e a escrita,* com o apoio de sinais e/ou de pistas gestuais. Se consideramos a ênfase na comunicação oral, podemos supor uma equivalência de ambas as abordagens na prática do fonoaudiólogo com os surdos. A diferença entre elas é que o Oralismo concebe o surdo como alguém que deve aproximar-se *o mais possível da realidade do ouvinte,* e a Comunicação Total, *tem uma outra visão do deficiente auditivo e procura respeitar sua diferença sensorial* (CFFA, parecer 004/98, p.5). Mas a diferença ainda é posta no corpo orgânico, nos sentidos, e não na diferença lingüística que um surdo possui em relação a um ouvinte.

No Bilingüismo, embora o parecer defenda *a aquisição de duas línguas distintas e suas modalidades específicas,* ao definir a função do fonoaudiólogo utiliza a oração comparativa: ***como*** *nas demais filosofias, cabe ao Fonoaudiólogo utilizar uma metodologia de* ***oralização*** *e desenvolver os aspectos de* ***estimulação auditiva, articulação, leitura oro-facial, linguagem****, etc* (ídem, grifos meus).

O CFFa aponta, nessa terceira abordagem, para uma maneira diferenciada de ver o indivíduo que não ouve, ao considerá-lo como sujeito bilíngüe. Essa diferenciação pode ser verificada na afirmação:

> *Nesta proposta defende-se que a estimulação da língua oral, realizada por Fonoaudiólogos, ocorra paralelamente à aquisição da língua de sinais que deve se dar através de convívio com sujeitos deficientes auditivos que a dominem* (ídem, p. 5).

No entanto, ao afirmar que a função do fonoaudiólogo, independentemente da abordagem adotada, é protetizar, oralizar e desenvolver a leitura labial do surdo, acaba por manter o papel que, historicamente, se atribui a esse profissional, ou seja, o de promover a superação do défict auditivo pela oralização. Teria razão o Conselho de Fonoaudiologia em estabelecer essa função como uma constante do trabalho fonoaudiológico, apesar de reconhecer a existência de abordagens distintas entre si?

Vejamos como ocorreu o surgimento de outras propostas de trabalho com o surdo, além do oralismo:

O movimento de um segmento da fonoaudiologia em busca de uma reflexão mais crítica sobre o trabalho com surdos, que possibilitasse aceitar os sinais como forma lingüística privilegiada, coincide com um momento de busca de novos referenciais teóricos para nortear sua prática também em relação a outros objetos de atendimento clínico. Na década de 80 alguns fonoaudiólogos, insatisfeitos com o modelo médico que reduzia seu trabalho a técnicas de cura ou de reabilitação, passaram a buscar referenciais na Psicologia e na Lingüística. Surgiram, assim, novas formas de compreensão das questões referentes à linguagem e, conseqüentemente, novas formas de atuação na clínica fonoaudiológica (Medeiros, 19--).

Observa-se, por exemplo, a aproximação de profissionais da fonoaudiologia com a psicanálise e com a psicolingüística - em especial, neste último caso, em suas vertentes sócio-interacionistas. Nesses novos caminhos, a relevância dos sinais para os surdos passa a ser apontada. Nessa direção, a fonoaudióloga Ida Lichtig (1997) afirma:

> *Não se pode negar que houve algum sucesso maravilhoso com o uso do método exclusivamente oral,* ***mas para a maioria ele falhou****, pois é incapaz de oferecer um meio de comunicação mais complexo e congênito* (p. 19).

Segundo ela, o marco inicial das discussões sobre abordagem Bilíngüe no Brasil foi o *I Simpósio Internacional de Língua e Educação do Surdo,* ocorrido em São Paulo, em maio de 1993 (idem). De fato, as três fonoaudiólogas entrevistadas para esta dissertação citam tal Simpósio como um fato importante para sua reflexão e opção de mudança de abordagem no trabalho com os surdos.

Resta saber se a mudança de abordagem reflete uma mudança epistemológica do trabalho fonoaudiológico. Para responder a esta questão procurarei analisar os discursos que a fonoaudiologia elaborou ao longo do tempo sobre os surdos e seu trabalho com eles. Esses discursos serão considerados com vistas a:

a. estabelecer as concepções de surdez e de sujeito surdo em que a fonoaudiologia se baseou desde seu início no Brasil até os dias atuais.
b. Apontar as possíveis mudanças epistemológicas (ou não) dentro da profissão.

VI. ANÁLISES DE PUBLICAÇÕES
(O QUE FALAM OS FONOAUDIÓLOGOS NOS LIVROS)

> *Na medida em que seres vivos se afastam do tipo específico serão eles anormais que estão colocando em perigo a forma específica, ou serão inventores a caminho de novas formas? Conforme formos fixistas ou transformistas consideraremos de modo diferente um ser vivo portador de um caráter novo.*
>
> Canguilhem, G. (1995: 110)

Neste capítulo analiso trechos de publicações de fonoaudiólogos sobre os surdos. Procuro na discursividade da fonoaudiologia, produzida a partir da década de 90, verificar a possibilidade de ruptura com o sentido de deficiência por parte dos profissionais que defendem a visão sócio-antropológica da surdez.

Trago para as análises os discursos das décadas anteriores (60, 70 e 80), a fim de relacionar os sentidos atribuídos à surdez no decorrer da história e verificar em que medida a abordagem Bilíngüe pode promover, no campo da fonoaudiologia, ruptura ou continuidade dos discursos e da prática de normalização do surdo.

Na década de 60, como ainda se iniciava a formação dos primeiros fonoaudiólogos, não se tem notícias de uma bibliografia própria da área. Utilizo, então, publicações de uma professora especializada, profissional que, nesta época, destacou-se no trabalho terapêutico com os surdos. Na década de 70 surgem as primeiras publicações realizadas no novo campo. Desta década, além de textos de fonoaudiólogos, utilizo uma publicação de um ortofonista, duas professoras especializadas em surdos e um médico. Minha opção em utilizar também esses textos se deu pelo fato de serem considerados clássicos e, portanto, leitura obrigatória para a compreensão dos discursos que substanciaram

o início de nossa profissão. Já das décadas de 80 e 90, os textos são todos de fonoaudiólogos.

Relaciono, a seguir, os autores citados de cada década:

Década de 60:

- **Ana Rimoli de Faria Doria**, professora do Curso de Especialização de Professores, Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Década de 70:

- **Antônio Amorim,** fonoaudiólogo, um dos pioneiros da literatura fonoaudiológica brasileira, ex-presidente da Associação Brasileira de Fonoaudiologia;
- **Armando Paiva Lacerda**, médico, professor de audiologia e ex-diretor do Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- **Maria Cecília Bevilacqua**, fonoaudióloga;
- **Maria Helena Noronha e Maria Helena Rodrigues**, professoras especializadas;
- **Sylvio Bueno Teixeira**, ortofonista; fundador da Escola de Canto e Ortofonia de Campinas.

Década de 80:

- **Andrea Schmidt-Hebbel Martens**, fonoaudióloga**;**
- **Beatriz Cavalcanti de Albuquerque Caiuby Novaes**, fonoaudióloga;
- **Luciane Asinelli**, fonoaudióloga;
- **Maria Cecília Moura**, fonoaudióloga;
- **Marta Ciccone**, fonoaudióloga;
- **Vera Regina Vitagliano Teixeira**, fonoaudióloga.

Década de 90:

- **Ana Cláudia Balieiro Lodi**, fonoaudióloga;

- **Ana Maria Oliveira**, fonoaudióloga;
- **Carlos Bernardo Skliar**, fonoaudiólogo;
- **Cristina B. F. de Lacerda**, fonoaudióloga;
- **Ednéa Maria Pimenta**, fonoaudióloga;
- **Gisela Maria Pimentel Formigoni**, fonoaudióloga;
- **Ida Lichtig**, fonoaudióloga;
- **Jordelina M. Corrêa**, fonoaudióloga;
- **Kathryn Marie Pacheco Harrison**, fonoaudióloga;
- **Lorena Koslowski**, fonoaudióloga;
- **Maria Cecília Bevilacqua**, fonoaudióloga;
- **Maria Inês Barbosa Ramos**, fonoaudióloga;
- **Maria Inês V. Couto**, fonoaudióloga;
- **Maria Silvia Cárnio**, fonoaudióloga;
- **Regina Célia A. Soares**, fonoaudióloga;
- **Sueli A. C. Mantelatto**, fonoaudióloga.

Início do Século XXI (publicações de 2001):

- **Carolina Rizzotto Schirmer**, fonoaudióloga;
- **Luciana dos Santos Célia**, fonoaudióloga;
- **Marlene Canarin Danesi,** fonoaudióloga.

Para a análise desse material, destaquei cinco categorias de recorrência nos discursos: a concepção de sujeito surdo, o novo e o velho, a atribuição de papéis na dicotomia surdo/ fono, o lugar das duas línguas (oral e de sinais) e os sentidos de diferença/igualdade, deficiência/minoria. Abordo a seguir cada um desses cinco temas.

VI. 1. A concepção de sujeito surdo

As nomenclaturas que definem a pessoa que não ouve variaram no decorrer dessas quatro décadas.

Na década de 60 encontramos, principalmente, a nomenclatura **surdo-mudo:**

> *A criança **verdadeiramente surda-muda**, a que realmente merece uma atenção e nosso carinho, apresenta, pela impossibilidade de se comunicar com os outros, uma notável insuficiência intelectual, psíquica e afetiva, naturalmente influenciada profundamente pela causa da surdez.* (Doria, 1961:7)

Na década de 70, a expressão surdo-mudo é abandonada e as nomenclaturas mais freqüentes são **surdo** ou **deficiente auditivo**:

> *A expressão surdo-mudez foi usada durante séculos para designar a anormalidade encontrada em crianças com ausência da audição e inaptidão para articular a palavra, sendo substituída modernamente pela denominação **"criança surda"**, a fim de atender aos objetivos de oralização do ensino, ditados pela pedagogia especial de surdos.* (Lacerda, 1976:177)
>
> *Para atendimento desta população de **deficientes** existem alguns tipos de trabalho:*
> *1. O atendimento clínico, mais indicado para crianças pequenas, e tem como objetivo principal o melhor aproveitamento possível do potencial individual de cada criança. (...) 2. O atendimento escolar, (...) mais indicado para crianças que iniciam o atendimento em idade mais avançada e portanto foram prejudicadas nas fases iniciais de desenvolvimento, ou para crianças que possuem uma **deficiência profunda**. Os **deficientes auditivos** leves e moderados não necessitam de uma escolaridade especial (...)* (Bevilacqua, 1978:4)

Observamos que na década de 70, tanto o termo **surdo** quanto **deficiente auditivo** são utilizados com a mesma significação, ou seja, de indivíduos que, por terem uma perda auditiva, devem ser reabilitados a fim de adquirir a língua oral.

Além disso, o Oralismo era a única abordagem utilizada não só pelos recentes fonoaudiólogos como pelos professores e ortofonistas:

> *Somos contra, rigorosamente contra as mímicas, os gestos e o alfabeto manual, naquela comunicação que só serve para os* ***surdos*** *e familiares que com eles vivem* (Teixeira, 1975:75).
>
> *Todos os recursos devem ser utilizados para se obter a expressão oral do aluno e sua mais perfeita integração intectual e social* (Lacerda, 1976: 192).
>
> *A* ***criança surda****, quando não aprendeu o mecanismo da fala, usa linguagem mímica e espontânea(...) Cabe ao professor substituir essa linguagem mímica pela linguagem socializada. (...) A desmutização, ato de ensinar o* ***surdo*** *a falar, exige do professor um profundo conhecimento de fonética, experiência e perseverança* (Noronha e Rodrigues, 1973: 11-12).

Mesmo uma década após a afirmação de Stokoe (1980) de que a língua de sinais constitui uma língua verdadeira e tem as mesmas funções que uma língua oral, tais argumentos não tinham efeito nas práticas educacionais com os surdos no Brasil.

O Oralismo se mantinha como prática hegemônica, utilizando o argumento da necessidade de socialização. Esse argumento encontra consonância com a teoria de Vygotsky, como podemos verificar na seguinte afirmação sobre os surdos:

> *(...) a linguagem dos gestos é sua linguagem natural. A linguagem oral, ao contrário, é anti-natural para o surdo-mudo. No entanto, destas três linguagens possíveis* [mímica, datilologia e oral], *sem dúvida, devemos preferir a mais difícil e anti-natural, a linguagem oral. Esta é muito mais difícil para ele, porém proporciona um benefício muito maior. (...) A mímica fecha o surdo num mundo pequeno e estreito dos que conhecem esta linguagem primitiva* (Vygotsky, 1989: 67).

Somente na década de 80 os sinais começam a ganhar espaço na educação dos surdos no Brasil, com o advento da Comunicação Total. Se o Oralismo enfatizava como crucial o ensino e a aprendizagem da fala, os comunicadores totais defendiam a tese de que o crucial não era a fala em si mesma, mas a comunicação independente da modalidade de sua expressão. Assim, se deveria possibilitar ao surdo o acesso a tecnologias (próteses, softwares, etc.) e a formas distintas de "comunicação" (gestos, sinais, datilologia, fala, escrita, "cued speech"[9], etc.) a fim de que tivesse recursos para expressar seu pensamento.

Passam então a conviver dois grupos de fonoaudiólogos: os que defendiam o Oralismo e aqueles que defendiam a Comunicação Total. O termo utilizado para denominar o sujeito que não ouve é **Deficiente Auditivo**, tanto para os defensores do Oralismo como para os da Comunicação Total. Mas alguns defensores da Comunicação Total começam a preferir o termo **Surdo.** Apresento três citações: a primeira da fonoaudióloga Novaes, que no texto citado defendia o Oralismo; e duas de defensores da Comunicação Total: uma de Yoshioka, Spinelli, Moura, Teixeira e outra de Ciccone.

*No trabalho com crianças **deficientes auditivas** existe, também, uma preocupação em adequar a propriocepção e mobilidade de órgãos fonoarticulatórios para que uma inabilidade destes não interfira na aquisição da linguagem oral* (Novaes, 1981:129-130).

*Nas últimas duas décadas, surgiu e cresceu nos Estados Unidos, em decorrência dos fracassos apontados, uma nova tendência de reabilitação, baseada na união de técnicas orais e manuais, com o objetivo final de possibilitar melhores condições de comunicação aos **deficientes auditivos**.* (Yoshioka, Spinelli, Teixeira e Moura[10], 1981)

[9] Cued speech é um método de comunicação desenvolvido por R. Orin Cornett no qual oito configurações da mão e quatro posições da mão são usadas para complementar as manifestações visíveis da fala.
[10] Destes autores apenas Teixeira e Moura são fonoaudiólogas.

> *...o **surdo** é mais do que simplesmente um sujeito que não pode ouvir.* (Ciccone, 1990: 20).

Finalmente chegamos à década de 90. Nessa década, um grupo de fonoaudiólogos passa a identificar-se com a abordagem Bilíngüe. A partir desse momento, é mais comum encontrarmos o termo **Deficiente Auditivo** sendo utilizado pelos fonoaudiólogos que defendem o Oralismo (como se vê na citação de Bevilacqua e Formigoni), e **Surdo** sendo adotado pelos defensores do Bilingüismo (como na citação de Cárnio, Couto e Lichtig):

> *Mais de 95% das crianças **deficientes auditivas** apresentam audição residual de qualquer grau. Assim sendo, acredita-se que deva ser dada a estas crianças a oportunidade de desenvolverem estes resíduos, fazendo com que utilizem a audição que têm, por menor que seja.* (Bevilacqua e Formigoni, 1997: 11)
>
> *Considera-se **surdo** o indivíduo que possui uma perda da audição, independente de qualquer classificação audiológica.* (Cárnio, Couto e Lichtig, 2000: 43)

Observamos com este breve histórico que as nomenclaturas utilizadas para denominar a pessoa que não ouve variaram de época para época e de uma abordagem educacional para outra. Atualmente, é possível deparar com todas elas em diferentes contextos. É necessário analisar se o sentido atribuído à pessoa que não ouve também variou no decorrer das décadas assim como seus nomes, ou mesmo se, atualmente, o sentido varia quando se usa uma ou outra nomenclatura.

Como sabemos, o sentido não é colado ao significante, pois a linguagem é polissêmica e não transparente. Assim, pretendo analisar os sentidos que se atribuíram à pessoa que não ouve no decorrer dessas quatro décadas (de 60 a 90). Partindo dos sentidos atribuídos pelos fonoaudiólogos defensores do Bilingüismo da década de 90 e alguns já do início do século atual, comparo-os

com os sentidos dados ao surdo por autores das décadas anteriores. Observemos algumas dessas definições de sujeito surdo:

> *Considero que o surdo* ***não é um doente*** *e que a falta da audição* ***não retira*** *destes sujeitos as habilidades e potencialidades humanas.* (Danesi, 2001: 15)
>
> *O surdo* ***não é um ser patológico*** *que precisa ser curado; mas um sujeito que possui uma língua natural, a Língua de Sinais, sendo o português uma segunda língua.* (Célia, 2001: 129)
>
> *A Língua de Sinais anula a deficiência lingüística conseqüência da surdez e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística diferente e* ***não um desvio da normalidade.*** (Skliar, 1997: 141)

- ***não é um doente***
- ***não é um ser patológico***
- ***não é um desvio da normalidade.***

Nestas três formulações observamos o uso da negação como marca significativa dos textos. Essa negação evidencia uma anterioridade discursiva na qual se caracterizava o sujeito surdo como "doente", "patológico" ou como "desvio da normalidade". Para esses autores é preciso negar a doença, a patologia, o desvio da normalidade, pois a memória discursiva da profissão é a de referir-se ao surdo como patológico.

Segundo Orlandi (2000), a negação é uma marca interessante para o analista nos discursos políticos polêmicos, pois revela uma anterioridade de um discurso com relação a outro, sendo possível refletir as relações de sentido entre eles.

Segundo Ducrot (1987), em sua proposta de uma teoria polifônica da enunciação[11], todo enunciado negativo contém outro que a ele se opõe (ou seja, uma negação contém sempre uma afirmação). Para este autor, os enunciados negativos constituem um diálogo entre dois enunciadores: um expressa um ponto de vista "afirmativo" e outro, um ponto de vista "negativo". Por exemplo: "João não furta", contém dois enunciadores ou pontos de vista: E1 que apresenta o ponto de vista: *J. furta;* e outro, E2, que apresenta o ponto de vista negativo: *J. não furta*. O locutor – pretenso responsável pelo enunciado - assume a perspectiva deste último.

Utilizando este conceito de Ducrot (1987) podemos afirmar que, ao negar a concepção de surdo enquanto doente, deficiente ou patologia, o locutor (fonoaudiólogo) nos mostra dois enunciadores, aquele que afirma esta concepção de deficiência e aquele que a recusa. Este tipo de negação, que corresponde à maior parte dos enunciados negativos, Ducrot chama de *negação polêmica*. Nela, *a atitude positiva à qual o locutor se opõe é interna ao discurso no qual é contestada.* (Ducrot, 1987, 204). Ou seja, só é possível um locutor dizer *o surdo* ***não é um doente, não é um ser patológico ou não é um desvio da normalidade,*** porque há enunciadores que afirmam o contrário.

Observamos que aqueles fonoaudiólogos, ao tentarem inscrever-se em um novo paradigma de trabalho com os surdos, negam o discurso anterior que, todavia, atravessou o processo das próprias formações profissionais. E é justamente a tentativa desse apagamento que delata o sentido de sua memória, seu interdiscurso.

Pêcheux (1999) nos fala da memória nos seguintes termos:

> *A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível* (p. 52).

[11] A enunciação tal como trabalhada por Ducrot corresponderia ao que, na Análise do Discurso, denominamos "formulação".

Para a análise do discurso, portanto, a memória perde o sentido psicologista de "memória individual" e ganha um sentido de memória mítica, ou de memória social, inscrita nas práticas sociais e na história (Pêcheux, 1999).

Utilizando essa concepção de memória, questiono: em que medida essas concepções de surdez, ou da pessoa surda, afastam-se daquelas que historicamente as antecederam – as do Oralismo e da Comunicação Total - e com as quais ainda convivem?

Transcreverei algumas formulações a fim de buscar compreensão sobre esse aspecto. Vejamos, por exemplo, as *definições de pessoa surda* das décadas de 60 e 70:

> *A criança verdadeiramente surda-muda, a que realmente merece uma atenção e nosso carinho, apresenta, pela impossibilidade de se comunicar com os outros, uma* ***notável insuficiência intelectual, psíquica*** **e** ***afetiva****, naturalmente influenciada profundamente pela causa da surdez* (Doria, 1961:7).
>
> ***Os indivíduos impossibilitados de ouvir*** *ou com acentuadas* ***perturbações auditivas****,* ***são*** *chamados* ***surdos****, sendo que, de um modo geral, a surdez pode ser leve, moderada e profunda. Dependendo da idade em que aparece a surdez,* ***o indivíduo pode ser parcial ou totalmente prejudicado*** *(...).O surdo****, prejudicado*** *em sua linguagem pela ausência de imagens auditivas, apresenta um excesso de imagens visuais, imagens essas que se evidenciam através da mímica, numa ânsia de comunicar conceitos, por visualizações* (Amorim, 1972: 65).
>
> *Quanto mais grave for esta (surdez),* ***mais estrago proporciona à vida psicológica do indivíduo*** (Teixeira, 1975: 53).

Nas décadas de 80 e 90, os sentidos atribuídos à surdez, tanto pelo Oralismo como pela Comunicação Total, podem ser constatados também nos enunciados de Ciccone (1990), proponente da Comunicação Total no Brasil, e das

fonoaudiólogas defensoras do Oralismo Corrêa (1999) e Martens (1990). Vamos a eles.

> *Sabe-se hoje que a surdez,* ***mais do que uma patologia*** *é uma* ***síndrome****. Médicos, assistentes sociais, professores, psicólogos, fonoaudiólogos são alguns dos profissionais que, junto à família, trabalham intregradamente no atendimento especializado* (Ciccone, 1990:20).
>
> *A criança com perda auditiva* ***tem o fator biológico comprometido*** *no nível auditivo que a impede de adquirir sua língua materna pelo processo natural de ouvir e falar. Não desenvolverá, portanto, a linguagem oral por si só.* ***Dependerá****, para isso,* ***de um tratamento adequado e precoce*** (Corrêa, 1999: 26).
>
> *Quanto à sintomatologia da deficiência auditiva, poder-se-ão encontrar* ***diversas alterações****, que se manifestam essencialmente nas seguintes grandes áreas: a audição propriamente dita, o desenvolvimento da linguagem, a fala, a voz, o comportamento motor e o emocional. Estas alterações poderão manifestar-se isoladamente ou associadas entre si.* ***Quanto maior a perda auditiva, maior número de alterações irá aparecer*** (Martens, 1990: 36).

Destaco as seguintes expressões:

- ***notável insuficiência intelectual, psíquica e afetiva;***
- ***indivíduo pode ser parcial ou totalmente prejudicado;***
- ***mais estrago proporciona à vida psicológica do indivíduo;***
- ***a surdez, mais do que uma patologia é uma síndrome;***
- ***A criança com perda auditiva tem o fator biológico comprometido;***
- ***Quanto maior a perda auditiva, maior número de alterações irá aparecer.***

Nestas formulações o sentido de surdo como sujeito *prejudicado*, *portador de comprometimentos, estragos ou alterações em diversas áreas,* bem como de ser um sujeito que apresenta uma *síndrome* se mantém no decorrer da história da fonoaudiologia, acompanhando as diferentes abordagens ou "filosofias" que

teceram, e tecem ainda (ao menos na superfície), distintas correntes educacionais. São terminologias fortemente marcadas pelo discurso médico.

São esses sentidos que os fonoaudiólogos defensores do Bilingüismo se empenham em negar. A negação dessa memória discursiva parece ser a única forma de romper com o paradigma que se funda nos conceitos de "doença", de "tratamento" ou de "reparo". A questão relevante a discutir parece ser: ao se rejeitar o discurso da anormalidade, que tipo de prática fonoaudiológica se torna possível frente a essas pessoas? E o que a justificaria? Se a fonoaudiologia é, por definição, profissão que se dedica aos Distúrbios da Comunicação, por que razão deverá trabalhar com os surdos, se não os considera patológicos?

Tal assunto não é questionado. Assim como os oralistas e os comunicadores totais, o grupo de fonoaudiólogos que defende o Bilingüismo mantém a afirmação da importância do trabalho fonoaudiológico para esses indivíduos, o que chama de uma "nova clínica". Vejamos, no próximo ítem, como essa argumentação é formulada.

VI. 2. O novo e o velho

O modelo de Educação Bilíngüe tem sido apontado por um segmento da fonoaudiologia como uma "nova abordagem" que implica uma visão diferenciada em relação ao surdo. Entretanto, cabe-nos investigar em que medida essa diferenciação implica uma diferença discursiva. Apresento algumas formulações nas quais se fala sobre a Educação Bilíngüe:

> *Viemos de uma fase em que* ***o surdo tinha que falar****,* ***falar era uma lei****, e não podemos agora cair no radicalismo que apregoe que o surdo não deve falar, como pode ser interpretado em certas propostas de atendimento da pessoas surda.* ***À pessoa surda devem ser dadas a possibilidade de desenvolvimento da linguagem (sinais) e a oportunidade de aprendizagem do português em sua modalidade oral e escrita****...* (Lacerda e Mantelatto, 2000: 38)

Inicialmente, gostaria de marcar que compartilho dos mesmos pressupostos do modelo sócio-antropológico de educação bilíngüe para surdos e, desta forma, inscrevo esta ***"nova clínica"*** *em alguns pilares sobre os quais esta educação tem sido pensada* (Lodi, 2000: 67).

Dúvidas também quanto ao papel do fonaudiólogo dentro deste ***novo contexto****, sobre suas funções nesta* ***reconstrução,*** *as atribuições deste profissional e sua contribuição nesta caminhada; onde os métodos de ensino da língua oral e os progressos tecnológicos* ***já não*** *ocupam o papel central das discussões* (Danesi, 2001: 15).

No passado*,* ***a linguagem da comunidade surda, a Língua de Sinais, foi desvalorizada*** *afetando o desenvolvimento dos próprios surdos e* ***esta postura hoje é rechaçada*** *com vigor pelos principais movimentos de surdos em todo o mundo (*Koslowski, 2000b :51).

Observa-se nestes trechos em que as fonoaudiólogas falam de seu trabalho na abordagem Bilíngüe, que esta é significada sempre em oposição ao Oralismo. A tentativa de contraste é formulada nos sentidos do "velho" e do "novo".

Como sentidos do "velho", vemos:

- ***Viemos de uma fase em que o surdo tinha que falar****, falar era uma lei.*
- ***No passado, a Língua de Sinais foi desvalorizada.***

Como sentidos do "novo", vemos:

- ***"nova clínica"***
- ***novo contexto***
- ***reconstrução***
- ***esta postura hoje é rechaçada***

As formulações sobre o Oralismo se fazem no tempo verbal passado (ex. ***o surdo tinha que falar****)* e sobre o Bilingüismo no tempo presente (ex. ***À pessoa surda devem ser dadas a possibilidade de desenvolvimento da linguagem (sinais) e a oportunidade de aprendizagem do português em sua modalidade oral e escrita****...).*

Observamos uma apologia ao moderno ou à novidade nas expressões **"nova clínica", "novo contexto", "reconstrução"**. Dessa forma, as formulações

dos fonoaudiólogos defensores do Bilingüismo constróem um sentido de "avanço", dando à história uma caracterização de linearidade, que se opõe ao "velho" e inaugura o "novo".

Interessante notar que tal argumento é o mesmo utilizado para defender o Oralismo, na década de 60:

> *Em nossa pátria queremos*
> *Dos surdos a Redenção;*
> *Aos surdos todos levemos*
> *as luzes da Educação*
> ***Não mais o ensino antiquado***
> ***nos simples dedos das mãos;***
> ***Com um processo avançado,***
> *Salvemos nossos irmãos!* [12] *(Doria, 1961: 408)*

Aqui o *antiquado* era o uso dos dedos (sinais) e o *processo avançado*, a oralização. Parece comum às ciências, ao tentarem impor um modelo de atuação, utilizarem o termo "novo", "novidade", a fim de valorizar sua prática e interditar as demais. Dessa forma, para defender o Oralismo, Doria (1961) denominou "velhos" os sistemas gestuais, da mesma forma que as fonoaudiólogas que defendem o Bilingüismo na década de 90 consideram ultrapassadas as práticas oralistas.

Parece haver, para esse segmento defensor da educação Bilíngüe, duas opções:

a) manter o discurso historicamente constituído fundado na oposição normal/deficiente, o que significa persistir na prática oralista tradicional (no sentido de “antiga”);

[12] A citação acima é uma estrofe de um hino composto por Astério de Campos, publicado por Doria (1961) para divulgar a educação do surdo. Apresento-o por completo em anexo, por crer ser uma preciosidade discursiva, que revela a imposição da linguagem do ouvinte sobre o surdo, não só pela materialidade (o que diz), mas por sua forma irônica, ou seja, um hino, que jamais seria ouvido por um surdo.

b) ou fazer uma opção pelo "moderno", "progressista" e "politicamente correto" (Moura, 2000), rechaçando a memória de sua constituição como campo disciplinar, como podemos ver na citação de Oliveira:

> *A passagem de uma proposta oralista para uma proposta bilingüe não foi devido a nenhum descrédito na oralização dos surdos, foi determinado por um* ***olhar novo****, dentro da perspectiva* ***mais ampla****, apoiada em bases científicas* ***e humanísticas****.* (Oliveira, 2000: 146)

De qualquer forma, as duas opções mantêm a naturalização da relação surdo/fono sem questionar a possibilidade de um deslocamento ou uma ruptura nesta relação.

VI. 3. A atribuição de papéis na dicotomia surdo/ fono:

Historicamente, no que se refere à relação surdo-fonoaudiólogo, a pessoa que não ouve tem sido qualificada como "paciente" e o fonoaudiólogo como seu "terapeuta". As práticas daí decorrentes se organizam a partir de um conjunto de pressupostos que colocam a responsabilidade do processo de aprendizagem do surdo na competência e preparo do próprio profissional – será ele quem deverá levar o surdo a adquirir, desenvolver e/ou aprimorar suas funções comunicativas a partir de um programa de intervenção previamente previsto, como podemos ver nas formulações dos oralistas (Doria, Amorim e Asinelli) e da fonoaudióloga Ciccone, nesta época defensora da Comunicação Total.

> *(...) a criança poderá,* ***recebendo uma assistência pedagógica emendativa*** *adequada e com auxílio de um aparelho de prótese eletrônica, atingir o desenvolvimento psíquico desejado,* ***nivelando-se, embora com progresso gradativo e lento, às crianças íntegras*** (Doria, 1961:10).

Necessário ***se torna desenvolver****, nos surdos, a maior capacidade de atenção e concentração,* ***dando-lhes*** *uma "intuição da fala" a fim de superarem visualmente a deficiência auditiva* (Amorim,1972:67).

(...) um programa de Comunicação Total não exclui técnicas e recursos para: ***estimulação auditiva; adaptação de aparelho de amplificação sonora individual; leitura labial; oralização; leitura e escrita.*** *Acrescente-se, no entanto, que, em razão de seus estatutos próprios, esta filosofia educacional estará incluindo, nesses programas, uma completa liberdade na prática de quaisquer estratégias, que permitam o resgate da comunicação, total ou parcialmente bloqueadas* (Ciccone, 1990: 6-7).

O papel do fonoaudiólogo é de minimizar a dificuldade da recepção dos sons, através da imprescindível protetização do deficiente auditivo *e também de proporcionar* ***linha terapêutica*** *que vise ao* ***desenvolvimento da linguagem*** *de maneira geral* (Asinelli,1990: 31).

Observamos nas diferentes décadas (60, 70, 80 e 90) e nas diferentes abordagens, que persiste a visão medicalizada da surdez, apontando os surdos como indivíduos a serem tratados. A protetização é apontada como imprescindível para o desenvolvimento do surdo. Essa recomendação dos fonoaudiólogos aparece nas formulações desde a década de 60.

Atribui-se ao fonoaudiólogo o papel de provedor, ou seja, de alguém que *"toma providências acerca de; regula, ordena, dispõe, providencia"*[13] alguma coisa a alguém. O surdo é entendido como a contraparte dependente dessa relação de "provisão". Diante dessa constatação, questiono: em que medida os "novos" discursos sobre a perspectiva bilíngüe na fonoaudiologia apontam para uma ruptura com os pares provedor/dependente ou terapeuta/paciente?

Vejamos como esta relação é construída nos textos e falas desses fonoaudiólogos adeptos do Bilingüismo:

[13] HOLANDA FERREIRA, A B. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. "Provedor", p.1151

O trabalho fonoaudiológico com o surdo visa à ***melhora na qualidade*** *de sua comunicação, conseqüentemente,* ***melhora da linguagem.*** *O fonoaudiólogo* ***também*** *pode colaborar para* ***aprimorar a inteligibilidade de fala*** *dos surdos que quiserem utilizar a Língua Oral****; desenvolver e aperfeiçoar a Língua Escrita; e desenvolver programas*** *de orientação à família* (Cárnio, Couto e Lichtig, 2000: 42).

(...) ***é preciso aceitar a língua de sinais*** *como primeira língua do surdo. É partindo da língua de sinais que* ***o fonoaudiólogo poderá trabalhar com a aprendizagem do português, seja na modalidade oral ou escrita.*** *Ao assumir tal proposta, a preocupação central do* ***trabalho terapêutico*** *deve ser sempre o* ***desenvolvimento da*** **linguagem** *do sujeito surdo* (Lacerda e Mantelatto, 2000: 37).

Retomo as seguintes expressões:

- ***O trabalho fonoaudiológico com o surdo visa à melhora na qualidade de sua comunicação, conseqüentemente, melhora da linguagem.***
- ***O fonoaudiólogo também pode colaborar para aprimorar a inteligibilidade de fala dos surdos <u>que quiserem</u> utilizar a Língua Oral;***
- ***desenvolver e aperfeiçoar a Língua Escrita;***
- ***<u>É partindo da língua de sinais</u> que o fonoaudiólogo poderá trabalhar com a aprendizagem do português, seja na modalidade oral ou escrita.***

Observamos que essas formulações apontam, de forma nova, para o fato de a prática fonoaudiológica poder ser optativa em relação à fala (*O fonoaudiólogo também pode colaborar para aprimorar a inteligibilidade de fala* ***dos surdos que quiserem*** *utilizar a Língua Oral*), porém, ao tomar para si a responsabilidade de desenvolver e aperfeiçoar a escrita, endossa a sobreposição do clínico ao educacional, mantendo-se, em decorrência, um espaço para a intervenção fonoaudiológica.

Considerando a formulação dos discursos, verificamos que essas fonoaudiólogas anunciam que seu papel é a *melhora da linguagem* ou *desenvolvimento da linguagem.* Essa asserção produz ambigüidades tais como:

se a linguagem do surdo for a de sinais, a atuação da fonoaudióloga se estenderia também a ela, a seu reparo ou aperfeiçoamento? Ou estaria implícito que a linguagem de sinais não bastaria ao surdo e que este deveria, pois, ser submetido a práticas que aprimorassem sua fala e também sua escrita?

A natureza do trabalho mantém-se, de qualquer modo, como **terapêutica** e a sua meta a de **desenvolver a linguagem.** Nenhuma novidade parece se anunciar em relação à atuação profissional nem ao objetivo da intervenção – o fonoaudiólogo continua sendo o provedor.

VI. 4. O lugar das duas línguas (oral e de sinais) no discurso Bilíngüe

O termo Bilingüismo traz a idéia de uma bipolaridade na compreensão da pessoa surda pois, se de um lado se reconhece seu direito de "acesso" a duas línguas, por outro lado fica implícita a impossibilidade do surdo ser sujeito apenas em sua "língua natural" - a língua de sinais. De fato, embora qualquer indivíduo comum (para não dizer "normal") possa ser monolíngüe, o surdo precisa "desejar" falar a língua dos pais (ouvintes) e, portanto, deve poder falar (ou ao menos tentar falar) **como se fosse ouvinte e** sinalizar como **surdo** que **de fato é.** Uma certa bipolaridade pressuposta como se nele houvesse "a existência de dois pólos contrários num (mesmo) corpo" [14] – o saber ser surdo (sinalizando) mas o desejar falar como (se fosse) ouvinte.

Nos discursos dos fonoaudiólogos defensores do Bilingüismo essa marca parece ser recorrente.

> *(...)* ***os surdos*** *na sua grande e esmagadora maioria,* ***estão seguros de que a Língua de Sinais é sua língua natural****, que permite a expressão completa de emoções e sentimentos, que traduz melhor a lógica e o raciocínio,* ***mas também, desejam aprender a língua de seus pais****.* (Danesi, 2001: 176)

[14] HOLANDA FERREIRA, A B. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. "bipolaridade", p.207

No modelo bilíngüe para educação de surdos em que estamos atuando, constatamos que a aquisição da linguagem interior através da ***L1 (língua de sinais)*** *dá base para o aprendizado de* ***L2 (língua portuguesa)*** *em suas duas modalidades oral e escrita. Mesmo assim, reconhecemos que* ***nem todo surdo atinge a expressão oral com clareza****, porém* ***torna-se imprescindível que todos possam interagir na cultura da maioria da população, buscando sua integração e cidadania*** (Pimenta, Ramos e Soares, 1998:74).

A proposta bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer ***dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas****; portanto, não se trata de negação, mas de respeito; o indivíduo escolherá a língua que irá utilizar em cada situação lingüística em que se encontrar* (Koslowski, 1998: 47).

Observamos que a língua de sinais é significada nessas formulações como um direito do surdo, mas que lhe é concedido por nós ouvintes: ***A proposta bilíngüe não privilegia uma língua, mas quer dar direito e condições ao indivíduo surdo de poder utilizar duas línguas.*** Além de ser uma concessão, a língua de sinais continua, como na Comunicação Total, a ser vista pela fonoaudiologia como instrumento para se alcançar a oralidade **(*constatamos que a aquisição da linguagem interior através da L1 (língua de sinais) dá base para o aprendizado de L2 (língua portuguesa) em suas duas modalidades oral e escrita)***, pois acredita-se que esta possa promover a integração dos surdos "na sociedade ouvinte": ***torna-se imprescindível que todos possam interagir na cultura da maioria da população, buscando sua integração e cidadania.***

Este discurso mantém para a fonoaudiologia um papel central na educação dos surdos, pois estabelece para si a responsabilidade da integração social dos surdos pela oralidade.

VI. 5. Os sentidos de diferença/igualdade, deficiência/minoria

As oposições diferença/igualdade, deficiência/ minoria têm sido tema de interpelação no discurso do Bilingüismo. Como essa interpelação aparece nas formulações?

Uma asserção bastante comum nos discursos que se inscrevem no Bilingüismo é a de que "o surdo não é deficiente, mas diferente, por fazer parte de uma minoria cultural e lingüística do país", como podemos verificar nesta formulação:

> *(...) considera-se o surdo o indivíduo que possui uma perda da audição, independente de qualquer conceituação audiológica. Trata-se de indivíduos que* ***possuem valores e condições sócio-educacionais diferentes dos ouvintes*** (Cárnio, Couto e Lichtig, 2000: 43).

No entanto, ao mesmo tempo em que esses discursos falam sobre a diferença, fazem questão de marcar as semelhanças entre surdos e ouvintes, como podemos ver nas formulações a seguir:

> *Partimos do pressuposto que a Língua de Sinais é uma língua completa e a única capaz de proporcionar a entrada dos indivíduos surdos na linguagem e que* ***à criança surda deve ser dado o direito de adquirir uma língua, de constituir-se como sujeito lingüístico da mesma maneira como esta oportunidade é oferecida à criança ouvinte*** (Lodi e Harrison, 1998: 42).
>
> *O bebê surdo* ***tem as mesmas condições*** *de desenvolver-se integralmente que um bebê ouvinte. Os bebês surdos* ***possuem as mesmas potencialidades e direitos*** *que os ouvintes(...)* (Schirmer, 2001: 107).
>
> *O surdo,* ***como qualquer pessoa****, tem o direito de aprender uma segunda língua* (Danesi, 2001: 176).

Observamos que os sentidos de surdez como diferença se constróem a partir da pressuposição de uma igualdade genérica (a de ser ouvinte), ou seja, (re)afirma-se a igualdade para marcar a diferença. Exemplos:

- ***... como esta oportunidade é oferecida à criança ouvinte.***
- ***Os bebês surdos possuem as mesmas potencialidades e direitos que os ouvintes.***
- ***O surdo, como qualquer pessoa...***

Afirmar a igualdade entre surdo e ouvintes não é exclusividade da década de 90. Vejamos como ela aparece formulada nas décadas anteriores:

> *Atualmente,* ***o surdo é considerado um indivíduo normal****, principalmente se teve a oportunidade de receber uma correta e integral educação* (Noronha e Rodrigues, 1973:6).
>
> *É conveniente que as pessoas destituídas de audição adquiram a capacidade de lutar conosco, entre nós* ***com os mesmos direitos, deveres e regalias*** (Teixeira, 1975).
>
> *Os surdos podem falar:*
> ***São, de certo, iguais a nós;***
> *Compreendem pelo olhar:*
> *Aos surdos não falta a Voz* (Campos, A. apud Dória, 1961: 408).

Esta regularidade recorrente nos discursos parece determinada pelos pré-construídos da norma e do normal, sobre os quais se fundam a fonoaudiologia.

O pré-construído pode ser entendido como a memória social e individual que oferece as condições de possibilidade para os discursos aparecerem (Pêcheux, 1988).

Como já foi amplamente discutido em capítulos anteriores, a normalização é o elemento fundante da fonoaudiologia. O discurso da normalização permeia o

da fonoaudiologia como se desde sempre se encontrasse ali. É seu ponto de partida, por isso é seu pré-construído.

O pré-construído da normalização pode ser visualizado nessas formulações em que a relação evocada entre diferença/igualdade aponta para uma tendência a tornar visível pontos de igualdade possíveis entre o supostamente igual e sua contraparte – o diferente.

O discurso afirma a diferença pela visibilidade da semelhança. Isso denota um sentido de normalização – o anseio em homogeneizar os indivíduos diferentes para torná-los (potencialmente) iguais aos que ouvem, falam, vêem etc.

VII. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS
(O QUE FALAM AS FONOS NAS ENTREVISTAS)

Que língua é essa em que despejo pragas
E a muralha ecoa?
Sonhos são sonhos (Chico Buarque)

Que língua é essa?
Deve ser língua de "estranja"
Essa língua ninguém manja
Que será desses?
Tá difícil (Vinícius de Moraes e Edu Lobo)

Este capítulo contém a análise das entrevistas realizadas com três fonoaudiólogas. São profissionais formadas na década de 70, em três universidades diferentes do estado de São Paulo. Têm em comum a opção pelo trabalho terapêutico com surdos desde o início de suas carreiras profissionais, tendo vivenciado experiências com as três abordagens de educação de surdos (Oralismo, Comunicação Total e Bilingüismo).

Atualmente essas fonoaudiólogas atuam com crianças e adolescentes surdos em clínica, instituição de reabilitação ou escola e defendem a Educação Bilíngüe .

Para analisar as entrevistas faço recortes dos trechos em que há formulações recorrentes, tentando encontrar uma uniformidade nesses discursos, os quais se mostram representativos do grupo de adeptos do Bilingüismo dentro da fonoaudiologia.

As fonoaudiólogas serão identificadas pelas siglas F1, F2 e F3.

VII. 1. A mudança do Oralismo para o Bilingüismo:

Na bibliografia sobre surdez é comum a afirmação de que o fracasso com o Oralismo incitou muitos fonoaudiólogos a procurar outro modelo de atuação.

Nas entrevistas, as fonos falam de seu passado no Oralismo. Vejamos como elas formulam esse fracasso (ou não) e sua opção de mudança:

Mas foi a escolha que a gente teve, e nessa época ***trabalhava muito bem dentro do oralismo*** *e acreditava que o surdo tinha que falar. Inclusive assim eu consegui desenvolver uma língua oral em pacientes que tinham perda profunda e que não tinham um aparelho.* ***Então os resultados obtidos foram muitos bons****, né.* (F2)

Então eu usei o oralismo, quer dizer, o tempo todo que eu fiquei lá. No final foi a época que deu muita crise, quer dizer, de identidade, né (...) Mas foram oralizados, quer dizer, ***eu acho que eu não era uma má fono oralista, quer dizer, eu acho que eu era uma boa fono,*** *mas teve conseqüências acontecendo por causa disto, quer dizer, a dificuldade desse menino se integrar.* (F1)

- ***Então os resultados obtidos foram muitos bons***
- ***eu acho que eu não era uma má fono oralista, quer dizer, eu acho que eu era uma boa fono***

Nos dois trechos há uma tentativa, por parte das fonoaudiólogas, de resgate de sua competência profissional no tempo em que trabalhavam com a abordagem Oralista. Deixam claro que o fato de optarem por outra abordagem atualmente não invalida as práticas realizadas por elas no início da carreira. Apesar da afirmação de que obtiveram bons resultados, acrescentam argumentos que justificam a mudança:

(...) Mas foram oralizados, quer dizer, eu acho que eu não era uma má fono oralista, quer dizer, eu acho que eu era uma boa fono, ***mas teve conseqüências acontecendo por causa disto, quer dizer, a dificuldade desse menino se integrar****.* (F1)

Os resultados eram bárbaros, só que hoje em dia você questiona muito esses resultados, né. Porque desenvolvia uma língua oral, ***mas até que ponto tinha profundidade essa língua oral?*** (F2)

Os argumentos para a mudança de abordagem se encontram em formulações nas quais ambas usam orações coordenadas adversativas:

- ***mas teve conseqüências acontecendo por causa disto, quer dizer, a dificuldade desse menino se integrar***
- ***mas até que ponto tinha profundidade essa língua oral?***

Segundo Nicola e Infante (1989)[15], esse tipo de oração é usado para exprimir contraste, oposição ou compensação em relação à anterior. Criam, então, o contraste com o Oralismo para confirmar que a mudança para uma abordagem que aceite a gestualidade do surdo foi impulsionada pela observação da dificuldade de integração da criança surda (F1) e da falta de profundidade da língua oral (F2).

Interessante, ainda, observar na formulação de F2 que a oração inicial é uma afirmação (*Os resultados eram bárbaros)* e, ao falar da reflexão que impulsionou sua mudança, o faz na forma interrogativa *(mas até que ponto tinha profundidade essa língua oral?).*

Os discursos sugerem que a mudança foi ocasionada ou por uma reflexão ética, que parece ter levado a um conflito também ético, ou pelo reconhecimento da pouca produtividade do trabalho realizado (a reprodução mecânica da fala).

Ao proclamar os bons resultados de seu trabalho na abordagem Oralista, as falas dessas fonoaudiólogas vão na contramão do argumento geralmente usado para defender a adoção de uma Educação Bilíngüe para os surdos, ou seja, o do fracasso do Oralismo. Como exemplo, temos a afirmação de Moura (1993):

> *A nossa experiência com o oralismo no Brasil tem demonstrado o* ***fracasso*** *conseguido em nome de uma fictícia integração. São muito poucos os surdos que conseguiram uma oralização suficientemente boa, numa abordagem puramente oralista, para que pudessem interagir e se "integrar" no mundo dos ouvintes* (Moura, 1993: 3).

Já no caso das entrevistadas, as formulações afirmam o sucesso:

- ***Os resultados eram bárbaros,***
- ***mas foram oralizados,***
- ***eu era uma boa fono oralista***

[15] Nicola, J. e Infante, U. (1989)**Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, Scipione

Então questiono: por que mudaram de abordagem? A mudança, com certeza, não se fez pela busca de uma metodologia que tivesse melhores resultados (uma vez que eles já estavam lá), mas a mudança parece ter sido de natureza ética. O fato de assumir o surdo com membro de uma minoria lingüística cria um constrangimento moral que impede a adoção de uma abordagem Oralista, que desvaloriza os sinais e privilegia a língua oral.

Para discutir, ainda, sobre a mudança da abordagem Oralista para a Bilíngüe, apresento trechos das três entrevistas, nos quais as fonos falam sobre esse momento:

*Então, o que que eu percebo? Eu acho assim, quando **você** faz, quando você tem a compreensão do que é o modelo sócio-cultural em relação ao modelo patológico da surdez, quer dizer, é uma guinada absoluta, quer dizer, se **você** vai ser coerente com o que **você** está vendo de um lado ou de outro, é uma guinada enorme. Então se o surdo deixa de ser uma patologia, o que ele vai ser? Ele vai ser uma pessoa que vai se organizar de forma diferente. E que forma diferente é essa? Então, é através da Língua de Sinais.* (F1)

*Eu lembro enquanto fonoaudióloga e as professoras, a gente não deixava as crianças fazerem sinal, né. E isso era prá mãe: Não, fala, faça ele repetir várias vezes. Então o importante não era nem a cognição, nem a compreensão, né. Depois que **você** faz todas essas reflexões, era uma cópia.* (F3)

*Os resultados eram bárbaros, só que hoje em dia **você** questiona muito esses resultados, né. Porque desenvolvia uma língua oral, mas até que ponto tinha profundidade essa língua oral?* (F2)

Retomando, os momentos de reflexão que levaram à mudança de abordagem no trabalho com o surdo são assim formulados:

- *Eu acho assim, quando **você** faz, quando **você** tem a compreensão do que é o modelo sócio-cultural em relação ao modelo patológico da surdez, quer dizer, é*

*uma guinada absoluta, quer dizer, se **você** vai ser coerente com o que **você** está vendo de um lado ou de outro, é uma guinada enorme.* (F1)

- *Depois que **você** faz todas essas reflexões, era uma cópia.* (F3)
- *Os resultados eram bárbaros, só que hoje em dia **você** questiona muito esses resultados né?* (F2)

Interessante notar a recorrência do uso do pronome "você" ao falar sobre o que elas próprias compreenderam, refletiram ou questionaram. Embora o uso do pronome ‘‘você’’ para referir-se a ações próprias seja muito comum na linguagem coloquial em nossa língua, chamou-me a atenção o fato desse uso aparecer nas três entrevistas em situações semelhantes, ou seja, ao falar das próprias reflexões.

Ao fazer uso do pronome "você", produz-se o efeito de um afastamento da situação, e ao mesmo tempo uma generalização da prática fonoaudiológica. Isso fica mais visível com o jogo parafrástico:

- *Eu acho assim, quando EU FAÇO, quando EU TENHO a compreensão do que é o modelo sócio-cultural em relação ao modelo patológico da surdez, quer dizer, É uma guinada absoluta, quer dizer, se EU VOU SER coerente com o que EU ESTOU vendo de um lado ou de outro, é uma guinada enorme.* (F1)
- *Depois que EU FAÇO todas essas reflexões, era uma cópia.* (F3)
- *Os resultados eram bárbaros, só que hoje em dia EU QUESTIONO muito esses resultados né?* (F2)

As paráfrases, elaboradas acima em primeira pessoa, apontam de maneira mais clara que, se cada uma das fonos assim formulasse suas falas, estaria se comprometendo com sua reflexão e sua mudança, forma que foi apagada ao optarem pela formulação na segunda pessoa. Ao fazer uso do pronome "você", as entrevistadas utilizam um processo de generalização ou despersonalização, no qual evitam identificar a si mesmas como agentes do enunciado.

VII. 2. A concepção de sujeito surdo

Defendendo a Educação Bilíngüe, as fonoaudiólogas admitem que a visão que têm do sujeito surdo é uma visão sócio-antropológica e não mais a visão clínica. Observemos como as entrevistadas conceituam o surdo:

> *Eu vejo que eu ainda escorrego, eu falo paciente, **embora** eu não considere mais o surdo como uma patologia, eu considero diferença, **embora** eu acho que é importante colocar o aparelho, **mas** não prá normalizar, não prá fazer ele virar um ouvinte, **mas** prá ampliar as condições dele de recepção do mundo.* (F2)
>
> *Bom, é aquilo que está nos livros, é uma minoria mesmo lingüística que fala uma outra língua, **mas** que pode se expressar através do oral também, não todos, **mas** essa oportunidade não pode ser negada como foi anteriormente o sinal prá ele. (...) eu acho que a adaptação da prótese auditiva adequada, como sinal de alerta, porque a criança pequena está em fase de mielinização, a gente não sabe dizer o quanto essa criança pode aproveitar a prótese, né.* (F3)

Observamos, como no capítulo anterior, onde analisei as publicações de fonoaudiólogos, uma bipolaridade na concepção do sujeito surdo:

- *eu considero diferença, **embora** eu acho que é importante colocar o aparelho, **mas** não prá normalizar, não prá fazer ele virar um ouvinte, **mas** prá ampliar as condições dele de recepção do mundo.* (F2)
- *é uma minoria mesmo lingüística que fala uma outra língua, **mas** que pode se expressar através do oral também, não todos, mas essa oportunidade não pode ser negada como foi anteriormente o sinal prá ele.*(F3)

Novamente as fonos fazem uso de contraposições, agora para conceituar o sujeito surdo. Na oração principal apontam para a concepção de surdez como diferença ou minoria lingüística (visão sócio-antropológica). Logo em seguida acrescentam a contraparte: a necessária protetização e oralização. Ao tentar definir o sujeito surdo, embutem na própria definição o trabalho que o fonoaudiólogo deve realizar. Mantêm, dessa forma, o conceito cristalizado historicamente: "se é surdo, precisa da fono".

Essa maneira de formular reflete uma bipolarização do sujeito surdo: ao mesmo tempo que é um membro de uma minoria lingüística (que se identifica pela língua de sinais) é um ser que necessita de protetização e oralização, ou seja, ouvir e falar.

VII. 3. Concepção do trabalho fonoaudiológico na Abordagem Bilíngüe

Ao serem questionadas sobre o papel do fonoaudiólogo numa Educação Bilíngüe de surdos, as entrevistadas responderam:

> *Onde é que entraria a fono, né? Aí foi a segunda grande crise. Então a fono entraria nessa, como as pessoas dizem assim, prá oralizar. Então a fono* ***entraria só*** *nesse papel de oralização que era um papel que eu não via, não conseguia me ver como uma fono que só oralizava.* (F1)
>
> *Nessa situação, na situação ideal, eu acho que aí a gente* ***vai fazer*** *um trabalho que a gente fazia no oralismo...Entendeu, mas aí eu acho que o nosso trabalho* ***vai ficar*** *mais* ***restrito****.* (F2)
>
> *Está muito polêmico isso hoje, né, mas nesse primeiro contato com as mães dos bebês eu tento mostrar a importância de se ter uma língua, né, e que no caso do filho dela e dela, pra haver essa relação deveria ser a Língua de Sinais... É claro que vem sempre a pergunta; "Ele não vai falar?" E eu acho que o Bilingüismo vai dizer é bem isso. Quer dizer, a partir do momento que a criança tem essa referência, tem uma língua é mais fácil você explicar prá ela, como é importante, talvez, se ela quiser aprender o oral, a língua majoritária, mas de uma maneira prazerosa. Aí vai o trabalho da fonoaudióloga também de incentivar essa leitura orofacial, a aprendizagem dessa língua, né, duma maneira menos agressiva do que era antes... Talvez através da Língua de Sinais ele* ***vai conseguir*** *dizer se quer ou não quer, e você explicar prá ele se é importante ou não a aprendizagem dessa Língua oral.* (F3)

- *Então a fono entraria **só** nesse papel de oralização que era um papel que eu não via, não conseguia me ver como uma fono que **só** oralizava.* (F1)
- *Entendeu, mas aí eu acho que o nosso trabalho vai ficar mais **restrito.*** (F2)

Tanto F1 como F2 utilizam nas formulações termos que denotam uma perda, uma diminuição, uma simplificação do trabalho fonoaudiológico na nova abordagem escolhida. Os termos "*só"* e *"restrito"* parecem referir-se à perda de espaço do fonoaudiólogo como provedor da linguagem da criança surda. A crise da qual fala a F1 parece referir-se à perda do papel que historicamente se atribuiu à fonoaudiologia, ou seja, de agente principal no desenvolvimento da criança surda, para limitar seu trabalho a "*só oralizar".*

Outro ponto de semelhança entre as três formulações é o uso do tempo verbal futuro para falar do trabalho fonoaudiológico:

- *Então a fono **entraria** só nesse papel de oralização que era um papel que eu não via, não conseguia me ver como uma fono que só oralizava.* (F1)
- *Nessa situação, na situação ideal, eu acho que aí a gente **vai fazer** um trabalho que a gente fazia no oralismo...Entendeu, mas aí eu acho que o nosso trabalho **vai ficar** mais restrito.* (F2)
- *... Talvez através da Língua de Sinais ele **vai conseguir** dizer se quer ou não quer, e você explicar prá ele se é importante ou não a aprendizagem dessa Língua oral.* (F3)

Formulando seu discurso no tempo verbal futuro do pretérito (**entraria**) ou futuro composto com o verbo ir, (**vai ficar, vai conseguir**), as entrevistadas assumem que o trabalho fonoaudiológico na abordagem Bilíngüe ainda está por vir, ou melhor, que a Educação Bilíngüe dos surdos no Brasil ainda não é uma realidade. Podemos confirmar tal afirmação na fala da F1:

> *Se a gente tivesse a tal escola ideal bilíngüe, a gente ia ter que pensar nosso referencial...* (F1)

Embora a Educação Bilíngüe para os surdos não seja ainda um fato concreto, isso não as impede de defendê-la. Mesmo sendo ainda uma utopia, empenham-se em manter sua concepção, formulada, como vimos, no tempo futuro, que há de vir. Aguardam, assim, que uma escola Bilíngüe venha a existir, para que finalmente seu trabalho seja pensado num novo referencial.

Ao mesmo tempo em que há a defesa da abordagem Bilíngüe há uma indefinição do próprio trabalho. Isso chega até a manifestar-se como insegurança na fala da F2:

> *Dá muita insegurança, dá vontade de voltar pro oralismo correndo, né. Porque eu tinha um pé muito firme no chão no oralismo, entendeu? É isso, é isso, é isso.* (F2)

O que se observa é que a Educação Bilíngüe para a fonoaudiologia é, ainda, algo que está por vir, do qual se vislumbra apenas a possibilidade de vir a existir.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como questão central verificar a existência, ou não, de ruptura com o sentido de deficiência por parte dos fonoaudiólogos que procuram incorporar a visão sócio-antropológica da surdez.

Para tal, analisei os discursos de um grupo de fonoaudiólogos, que são aqueles que defendem a Educação Bilíngüe.

As condições de produção do discurso da fonoaudiologia apresentam-se para esse grupo, no momento, como um período de crise para a profissão, pois ao verem o percurso da sua história atravessado por uma "nova" concepção de surdez, passam a repensar sua atuação profissional como um todo. Ora, o discurso da fonoaudiologia no atendimento dos surdos tem como pré-construído a marca da reabilitação ou da normalização, a tentativa de anular a diferença ou, ao menos, aproximar o surdo do modelo ouvinte. Historicamente, tal paradigma, o modelo clínico, é que se apresentava como possibilidade única do dizer e do fazer fonoaudiológico; faz parte, portanto, de sua memória discursiva. Ao deparar com outra possibilidade de se fazer a educação dos surdos - a abordagem Bilíngüe -, alguns fonoaudiólogos se vêem impelidos a repensar o seu fazer profissional, ainda pouco delineado nesta abordagem.

Procurei avaliar o quanto o discurso dos fonoaudiólogos que defendem o Bilingüismo consegue distanciar-se do modelo clínico ou da dicotomia normal-anormal. Na análise de seus discursos encontrei as seguintes marcas:

- o uso da negação para definir o sujeito surdo;
- a caracterização da língua de sinais enquanto concessão ao surdo e instrumento para o ensino da oralidade;
- a relação fono/surdo marcada pela atribuição de papéis de terapeuta/paciente;
- a referência à diferença pela visibilidade da semelhança.

Nessas marcas recorrentes dos discursos, que se apoiam em uma certa dicotomização da compreensão do ser surdo, encontrei mais aproximações com o modelo clínico da surdez do que ruptura com ele.

Não se observam rupturas entre esses discursos e os que historicamente os antecederam ou com os quais ainda convivem – os do Oralismo e da

Comunicação Total. O que muitas vezes é anunciado como "novo" é apenas uma reformulação ou diferente organização de um mesmo funcionamento discursivo, ou seja, na constitutividade do dizer não há mudança.

O fato de se dizer que não se considera o surdo como um ser patológico ou anormal não faz, por si só, com que os sentidos se desloquem, pois as práticas de normalização permanecem. Se é necessária a protetização, se é necessária a terapia, como se pode escapar da possibilidade de considerá-los deficientes? Se um indivíduo surdo é normal, o que justificaria sua inserção na clínica fonoaudiológica (que historicamente sempre se dedicou às patologias)?

As respostas fundam-se novamente na patologização*: uma escrita deficiente, um retardo de linguagem, uma necessária oralidade.* E isso não é olhar novamente o surdo no lugar da falta, da deficiência? Sua escrita e sua linguagem são deficientes quando comparadas a quem? Aos que ouvem e falam, é claro, que são o padrão da normalidade.

A única novidade que tais discursos parecem trazer seria a de o trabalho fonoaudiológico poder ser opcional para os surdos. Historicamente, a fonoaudiologia sempre se colocou como imprescindível para o desenvolvimento do surdo. Ao apresentar-se como opcional, abre a possibilidade de uma ruptura com os sentidos historicamente cristalizados. Resta saber como isso se efetuaria, pois para a criança não há opção, são os pais quem decidem suas atividades e, na totalidade das vezes, exceto em condições sócio-econômicas extremamente desfavoráveis, optam pela inserção da criança na terapia fonoaudiológica. Se a fonoaudiologia está presente desde o diagnóstico da surdez, como colocá-la como opcional? Vejo que a opção é mais facilmente apresentável aos adolescentes, mas não às crianças. Talvez a possibilidade concreta de uma opção demande ainda uma mudança muito grande da visão de surdez na sociedade em geral.

Se assim for, para aqueles que optarem pelo atendimento fonoaudiológico, é fundamental o profissional colocar-se, acima de tudo, mais como um interlocutor do que como um provedor.

É óbvio que não há como se efetuar uma troca de posição-sujeitos, pois o fonoaudiólogo estará sempre na posição de quem ouve, e o surdo naquela da falta

da audição. Importante ressaltar, porém, quem a falta é da audição e não da linguagem. Esta parece ser, enfim, a diferença de conceituação do sujeito surdo, assumida pelos defensores do Bilingüismo. Os surdos que adquirem a língua de sinais se inscrevem através dela na linguagem e são, portanto, constituídos por uma língua verdadeira.

Uma possibilidade de trabalho fonoaudiológico, a meu ver, seria, então, de ser *uma opção* para aqueles surdos que queiram desenvolver estratégias de comunicação com o ouvinte. E é para isto que o fonoaudiólogo pode colocar-se à disposição do surdo.

Acredito que a terapia fonoaudiológica possa, desta forma, assumir uma perspectiva discursiva no trabalho com o surdo. Assumir esta perspectiva significa entender a linguagem como *elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade,(...)o lugar do conflito, de confronto ideológico* (Brandão, 2000: 12).

Entendendo a linguagem como esse elemento de intersubjetividade, o fonoaudiólogo encara o surdo como sujeito de seus próprios enunciados, como um sujeito da linguagem, como um interlocutor; evitando o papel de provedor, de quem "ensina a linguagem". Quando a língua de sinais permeia a interlocução do profissional e o surdo, vê-se a língua em movimento real. Através dela, o surdo pode se ver como dono de seus próprios pensamentos e de seus enunciados. Com a língua de sinais, ele pode ter as ilusões necessárias ao funcionamento lingüístico: de ser o criador de seu discurso, e de que a forma de seu enunciado é a única possível - a ilusão de estar sendo objetivo ao se pronunciar (Pêcheux, 1988).

Se a língua é o lugar do conflito, para o surdo este é ainda mais intenso. Embora possa conviver em um grupo de pessoas que falam sua língua - outros surdos ou ouvintes que dominam a língua de sinais - em outros momentos (provavelmente, na maior parte do tempo) depara-se com não falantes de sua língua. Sua realidade é viver sempre como estrangeiro.

Quando o fonoaudiólogo assume uma abordagem Bilíngüe, acredito que sua função mais importante é a de esclarecer os pais do papel da língua de sinais

na constituição da subjetividade do surdo. Essa língua, que ele adquire espontaneamente convivendo com outros surdos, o permite sentir-se "dono da linguagem". Em segundo momento, o fonoaudiólogo pode trabalhar, então, com as técnicas de oralização e leitura labial, para aqueles surdos que se dispuserem a aprendê-las, desenvolvendo, assim, estratégias de comunicação com o ouvinte.

Desta forma, a clínica fonoaudiológica mantém seu lugar de importância, no entanto, não com a responsabilidade de provedora de todos os aspectos para o desenvolvimento do surdo, mas como coadjuvante nesse processo.

Enfim, se é inescapável nossa função de normalização do surdo, dado que a norma da maioria é ouvir e falar, que seja ela realizada de comum acordo entre ambas as partes (fono e surdo), como disse uma das fonoaudiólogas entrevistadas (F3):

> *A partir do momento que a criança tem essa referência, tem uma língua é mais fácil você explicar prá ela, como é importante, talvez, se ela quiser aprender o oral, a língua majoritária, mas de uma maneira prazerosa. Aí vai o trabalho da fonoaudióloga também de incentivar essa leitura orofacial, a aprendizagem dessa língua, né, duma maneira menos agressiva do que era antes... Talvez através da língua de sinais ele vai conseguir dizer se quer ou não quer, e você explicar prá ele se é importante ou não a aprendizagem dessa língua oral.* (F3)

IX. ANEXO:

HINO AO SURDO BRASILEIRO

Em nossa pátria queremos
Dos surdos a Redenção;
Aos surdos todos levemos
As luzes da Educação.
Não mais o ensino antiquado
Nos simples dedos das mãos;
Com um processo avançado,
Salvemos nossos irmãos!

Côro
Felizes os que aprendem,
Sem poderem mesmo ouvir;
Com os olhos a Fala entendem,
Na esperança do Porvir!

Os surdos podem falar:
São, de certo, iguais a nós;
Compreendem pelo olhar:
Aos surdos não falta a Voz.
Avante, mestres, avante!
Com orgulho prazenteiro
Lidemos, a todo instante
Pelo surdo brasileiro!

Côro
Felizes os que aprendem,
Sem poderem mesmo ouvir;
Com os olhos a Fala entendem,
Na esperança do Porvir!

A Escola combate a Dor;
Enche o Espírito de Luz;

Instrução é Luz de Amor;
Amemos como Jesus!
Quem luta pela Instrução,
Debaixo de um céu de anil,
Trabalha de coração,
Pelo povo do Brasil!

Côro
Felizes os que aprendem,
Sem poderem mesmo ouvir;
Com os olhos a Fala entendem,
Na esperança do Porvir!

Hino composto por Astério de Campos (Consultor jurídico e Professor da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro) (Dória, 1961: 408)

X. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, A. **Fonoaudiologia geral.** São Paulo: Pioneira, 1972

_____**Fundamentos científicos da fonoaudiologia.** São Paulo: Grafik, 1977

ASINELLI, L. Intervenção da Fonoaudiologia no desenvolvimento de linguagem de deficientes auditivos. **Cadernos do CED**; Florianópolis, Nº 7. p. 18-33, Jan/Jun, 1990

BAKHTIN, Mikhael. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999

BÉBIAN, R. A. Essay on the deaf and natural language or introduction to a natural classification of ideas with their proper signs, 1817 In LANE, H. E PHILIP, F. **The deaf experience - classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984

BERBERIAN, A. P. **Fonoaudiologia e educação**: um encontro histórico. São Paulo: Plexus, 1995

BERTHIER, F. Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée, 1840. In LANE, H. E PHILIP, F. **The deaf experience - classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984

BEVILACQUA, M.C. **Audiologia educacional:** considerações sobre a audição em crianças da 1ª série do 1º grau escolar em escolas públicas. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em Audiologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

_____ **Compreensão de mães das orientações ministradas em um programa de audiologia voltado para a educação de crianças deficientes**

auditivas. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BEVILACQUA, M. C. e FORMIGONI, G. M. P. **Audiologia educacional:** uma opção terapêutica para a criança deficiente auditiva. Carapicuiba: Pró-fono, 1997

BEVILACQUA, M.C. e MORET, A.L.M. **Surdez e intervenção clínica –** questões de atualidade. In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2000

BRITO, L.F. **Integração Social e Educação dos Surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Tradução de Maria Thereza R. C. Barrocas. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Original francês

CAVALHEIRO, M.T.P. A saúde e a educação na prática e na formação do fonoaudiólogo. In Lacerda, C. B. F. e Panhoca, I. **Tempo de Fonoaudiologia**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1997

CÁRNIO, M. S., COUTO, M. I. V. e LICHTIG. Linguagem e Surdez In LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M.C. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe.** São Paulo: Plexus, 2000

CAPPELLETTI, I. F. **A Fonoaudiologia no Brasil:** Reflexões sobre seus fundamentos. São Paulo: Cortez, 1985

CELIA, L.S. Aprendizagem da Segunda Língua: Experiência vivenciada em grupos com adolescentes surdos. In DANESI, M.C. **O Admirável mundo dos surdos**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001

CICCONE, M. **Comunicação Total.** Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990

COLARES, C. A. L. e MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Lei nº 6.965, de 9 /12/1981 In **Manual do fonoaudiólogo** - CRFª 2ª região, São Paulo

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Parecer nº 004/98, de outubro de 1999, Disponível em <www.fono.com.br>

CORRÊA, J.M. **Surdez e os fatores que compõe o método áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva**. São Paulo: Atheneu, 1999

_____ **Método áudio + visual de linguagem oral para crianças com perda auditiva e a necessidade atual do surdo oralizado** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000

DANESI, M.C. **O Admirável Mundo dos Surdos**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001

DE LEMOS, C. Retrospectiva: interacionaismo e aquisição da linguagem. **D.E.L.T.A.**, vol. 2, nº 2, 1986

DESLOGES, P. A deaf person's observations about na elementary course of education for the deaf. 1779 In LANE, H. E PHILIP, F. **The deaf experience - classics in language and education**, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984

DORIA, A.R.F. **Manual de educação da criança surda.** Rio de Janeiro: INES, 1961.

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987

FANT, L. J. Asl e Siglish: las diferentes formas del lenguaje por signos In FINE, P. J. **La sordera em la primera y segunda infancia.** Buenos Aires: Panamericana, 1977

_____Ameslan: el sistema de elección para la comunicación In FINE, P. J. **La sordera em la primera y segunda infancia.** Buenos Aires: Panamericana, 1977

FIGUEREDO NETO, L.E. **O início da prática fonoaudiológica na cidade de São Paulo -** Seus determinantes históricos e sociais. São Paulo, 1988. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de janeiro: Graal,1979a

_____O poder e a norma In Kantz, C. S. **Psicanálise, poder e desejo.** Rio de Janeiro: Coleção IBRAPSI, 1979b

_____**As palavras e as coisas -** uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992

_____ **Dits et écrits**. V. Paris: Éditions Galimard, 1994

_____**Arqueologia do saber.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995

_____**A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999

FREIRE, R. M. **A linguagem como processo terapêutico.** São Paulo: Plexus, 1995

GERALDI, J.W. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados,1996

GOLDFELD, M. **A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997

GOULART, P. et al. Histórico da Fonoaudiologia. **Jornal Brasileiro de Reabilitação-** mental, vocal, física e oral, Ano 4, Nº 15, Volume IV, 1981

HAGE, S. R. V. **Avaliando a linguagem na ausência da oralidade:** estudos psicolingüísticos. Bauru: Cadernos de divulgação cultural, EDUSC, 1997

HOLANDA FERREIRA, A B. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975

JORNAL do CONSELHO REGIONAL de FONOAUDIOLOGIA - 2ª região, São Paulo, N º 26 (ag-set/98), N º 27 (out-nov/98), N º 28 (mar-abril/98) e N º 31 (set-dez/99)

KINSEY, A. A. **International congress on the education of the deaf**, Milão,1880
KLIMA, E.S. e Bellugi, U. **The signs of language.** Cambridge: Harvard University Press, 1979

KOZLOWSKI. L. A proposta bilíngüe de educação do surdo. **Espaço**: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de educação dos Surdos, Rio de Janeiro, p: 47-53, dez. 1998

_____ O modelo bilíngüe / bicultural na educação do surdo In LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M.C. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe.** São Paulo: Plexus, 2000a

_____ **O modelo bilíngüe / bicultural na Educação do surdo** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000b

LABORIT, E.**O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994

LACERDA, A. P. **Audiologia Clínica.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1976

LACERDA, C.B.F. e PANHOCA, I. **Tempo de fonoaudiologia II.** Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1998

LACERDA, C.B.F. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. **Espaço**: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de educação dos Surdos, Rio de Janeiro, p: 30-40, dez. 1998

LACERDA, C.B.F. e MANTELATTO, S. A.C. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem In LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M. C. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem Bilíngüe.** São Paulo: Plexus, 2000

LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M.C. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe.** São Paulo: Plexus, 2000

LANE, H. **A máscara da benevolência:** a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992

LEITE-BANKS, L e SOUZA, R. M. O des(encontro) entre Itard e Victor: os fundamentos de uma Educação Especial. In LEITE-BANKS e GALVÃO, I. **A educação de um selvagem:** as experiências pedagógicas de Jean Itard, São Paulo: Cortez, 2000

LEMES, V.P. **Reflexões a partir de uma Abordagem Fonoaudiológica** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000

LICHTIG. I. Considerações sobre a situação da Deficiência Auditiva na Infância no Brasil In LICHTIG. I. e Carvallo, R. M. M. **Audição: Abordagens Atuais,** Carapicuiba: Pró-fono, 1997

LODI, A.C. Educação Bilíngüe para surdos. In LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M. C. **Fonoaudiologia: Surdez e Abordagem Bilíngüe** São Paulo: Plexus, 2000

LODI, A.C.B. e HARRISON, K.M.P. Língua de Sinais e Fonoaudiologia **Espaço**: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de educação dos Surdos, Rio de Janeiro, p: 41-46, dez. 1998

MARTENS, A.S.H. Reflexões sobre Orientações a Pais de Deficientes Auditivos e a Emergência dos Jogos Vocálico e Rítmico. **Cadernos do CED**; Florianópolis, Nº 7. p: 34-58, Jan/Jun, 1990

MEDEIROS, A. M. C., **Refletindo sobre as multifaces da fonoaudiologia.** São Paulo, [19_ _]. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MOURA, M. C. A Língua de Sinais na Educação da Criança Surda. In Moura, M. C., Lodi, A. C. B. e Pereira, M. C. C. **Língua de Sinais e Educação do Surdo,** Série Neuropsicologia, V. 3, SBNp, São Paulo: Tec Art, 1993

MOURA, M.C. A fonoaudiologia e a surdez In LACERDA, C.B.F., NAKAMURA, H. e LIMA, M. C. **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe.** São Paulo: Plexus, 2000

MOURA, M.C. **Cidadania e surdez.** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000a

MOURA, M.C. **O Surdo:** caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000c

MOURA, M.C., LODI, A.C.B. e HARRISON, K.M.P. História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais In LOPES FILHO, O. **Tratado de Fonoaudiologia**. São Paulo: Rocca, 1997

MOURA e SILVA, A.J. **Relatório Apresentado ao Diretor do Instituto dos Surdos-mudos.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896

MUCHAIL, S. T. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In Ribeiro, R. J. **Recordar Foucault, os textos do colóquio Foucault.** Brasiliense, 1985

NICOLA, J. e INFANTE, U. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipioni, 1989

NORONHA, M.H. e RODRIGUES, M.H. **O deficiente da audição e a educação especial.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973

NOVAES, B.C.A.C. **Organização de um procedimento para a avaliação da função semiótica visando a sua aplicação em crianças deficientes auditivas.** São Paulo, 1981. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NOVELLO, E. A. **Discriminação Auditiva para Surdos Severos e Profundos** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000

OLIVEIRA, A.M. **Aquisição da Língua Portuguesa - Modalidade Oral** In Seminário Surdez: desafios para o novo milênio, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES, 2000a

ORLANDI, E.P. O lugar das sistematicidades lingüísticas na Análise de discurso **D.E.L.T.A.,** vol.10, nº 2, p: 295-307, 1994.

_____ Análise de Discurso: Princípios e procedimentos. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2000

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma critica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

_____Análise Automática do Discurso. In GADET F. & HAK T. (orgs.) **Por uma análise Automática do Discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux,** Campinas: Unicamp, 1990

_____Delimitações, Invenções e Deslocamentos. Tradução de Nunes, J. H., In Orlandi, E. P. e Geraldi, J. W. O discurso e suas memórias, **Cadernos de Estudos Lingüísticos,** Campinas: Unicamp, IEL, 1990b

_____Papel da memória. In Achard, P. et al **Papel da memória.** Tradução de Nunes, J. H. Campinas: Pontes, 1999

PIMENTA, E.M., RAMOS, M.I.B. e SOARES, R.C.A. A Fonoaudiologia numa Proposta Bilíngüe. **Espaço**: Informativo Técnico Científico do Instituto Nacional de educação dos Surdos, Rio de Janeiro, p: 74-78, dez. 1998

QUADROS, R.M. **Educação de surdos -** A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes médicas, 1997

SACKS, O. **Vendo Vozes: u**ma jornada ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SANTOS, T. M.M. e RUSSO, I. C. P. **A prática da audiologia clínica.** São Paulo: Cortez, 1986

SCHIRMER, C. R. **Estudo da atividade dramática, do ambiente e sua importância no desenvolvimento da linguagem: uma experiência inédita dentro da fonoaudiologia.** In DANESI, M.C. **O Admirável Mundo dos Surdos**. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In SKLIAR, C. (org.) **Educação e exclusão – Abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre, Mediação, 1997

_____ **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação, 1998

SOUZA, R.M. **Contribuições ao estudo da personalidade de surdos através do TPC de Max Pfister**, Campinas, 1986. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

_____**Que palavra que te falta?** lingüística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998

STOKOE, W.C. **Sign and culture:** A reader for students of American Sign Language. Maryland, Linstok press, 1980

TEIXEIRA, S. B. **A voz e a fala do surdo congênito**, Campinas: Nova Teixeira, 1975

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas**: Fundamentos de defectologia. Tomo cinco, tradução de Carmen Ponce Fernandez. Havana: Editorial Pueblo y Educacion, 1989

_____**Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991

YOSHIOKA, M.C.C.P. et al. Utilização de Comunicação Total em sujeitos com deficiência auditiva severa In PAIVA, A.F., SPINELLI, M. e VIEIRA, S. (org.) **Distúrbios de comunicação:** estudos interdisciplinares**.** São Paulo: Cortez: Autores associados, 1981